



"A Saúde
*é um estado de bem-estar
total, físico, mental e social,
e não uma mera ausência de doença"*



Oeiras
Marca o ritmo

Carta de Saúde
do Concelho de Oeiras

Carta de Saúde do Concelho de Oeiras



Oeiras

Nota de abertura

O Município de Oeiras tem reconhecido que a **Saúde** deve ocupar um lugar central nas políticas dos territórios e das comunidades, uma vez que é um dos factores essenciais com vista ao Desenvolvimento Sustentável. Sem pessoas saudáveis, o desenvolvimento é um processo inacabado.

Nos programas que desenvolvemos, por iniciativa própria ou em parceria, procuramos adoptar a estratégia da **Saúde para Todos** que defende uma ideia positiva e abrangente de **Saúde**, incluindo naturalmente a prevenção da doença. Para tanto, a igualdade de acesso à **Saúde** e a participação activa da comunidade na melhoria das **Políticas de Saúde**, numa perspectiva integrada, são envolventes fundamentais no sucesso destas mesmas políticas.

De facto, a **Saúde** é uma área interdisciplinar e requer um trabalho conjunto dos vários sectores da comunidade, uma vez que são múltiplos os factores determinantes do **Estado de Saúde** de uma população, desde os biológicos e psicológicos, passando por comportamentos e estilos de vida, organização e prestação de cuidados de saúde, até aos factores socioeconómicos e ambientais, entre outros.

O poder local é, sem dúvida, um parceiro estratégico na promoção da **Saúde** e do Desenvolvimento Sustentável, por razões de proximidade a problemas e pessoas. A **Política de Saúde Local**, enquanto parte integrante da política de um Município, ainda que não detendo competências suficientes para uma acção verdadeiramente consequente em todas as vertentes que se referem à **Saúde**, deve garantir, nas melhores condições, o acesso dos indivíduos aos cuidados de saúde exigíveis para uma comunidade saudável.

A Câmara Municipal de Oeiras, atenta às condições que proporcionam e garantem a melhoria do **Estado de Saúde** dos seus munícipes, tem vindo a desenvolver acções para a promoção da **Saúde** ao nível local, nomeadamente pela implementação de programas que aproximem os cidadãos duma atitude de prevenção e melhoria de condições de vida. A articulação com o **Sistema Nacional de Saúde** e o desenvolvimento de acções concertadas com o mesmo, bem como com outras entidades intervenientes em Saúde, complementam a intervenção da Autarquia neste domínio.



Paralelamente consideramos que, para uma melhor intervenção de todos os que se preocupam com a saúde das comunidades, é fundamental o acesso ao conhecimento, enquanto trave mestra na tomada de decisão consciente, participada e bem sucedida.

Neste sentido, a *Carta de Saúde do Concelho de Oeiras*, aprovada na Comissão Municipal de Saúde em reunião de 26 de Março de 2004, e, posteriormente, em Reunião de Câmara de 23 de Junho do mesmo ano, é uma mais valia pelo conjunto de informações sobre os recursos existentes no Concelho para prestação dos cuidados primários e diferenciados de Saúde, e sobre as linhas de acção da Autarquia nesta matéria, lançando ainda um olhar sobre um futuro que todos desejamos mais saudável.

É também um testemunho do trabalho interdisciplinar e participado, a diversos níveis, sem o qual dificilmente se poderia ter concretizado este Projecto. A todos o nosso obrigado.

A Presidente da Câmara,



Teresa Pais Zambujo

A **Saúde** é um estado de bem-estar total, físico, mental e social, e não uma mera ausência de doença;

A fruição plena da **Saúde** é um dos direitos fundamentais de todos os seres humanos sem distinção de raça, religião, opção política, condição económica ou social;

A **Saúde** dos povos é fundamental para atingir a paz e a segurança globais e depende da total colaboração entre os indivíduos e os Estados;

O que cada Estado consegue atingir no domínio da promoção e protecção da **Saúde** é uma mais valia para o mundo;

O desenvolvimento desigual, em diferentes países, na promoção da **Saúde** e no controle das doenças, principalmente doenças contagiosas, é um risco para todos;

O desenvolvimento saudável das crianças é fundamental; a capacidade de viver equilibradamente num mundo em mudança é essencial para esse desenvolvimento;

A extensão, a todos os povos, dos benefícios provenientes do progresso dos conhecimentos médico, psicológico e outros relacionados, é essencial para atingir a **Saúde** de forma plena;

A opinião informada e a cooperação activa, por parte do público, são extremamente importantes na melhoria da **Saúde** das pessoas;

Os Governos são responsáveis pela **Saúde** dos respectivos povos, para o que deverão providenciar medidas adequadas, não só de saúde mas também sociais.

Organização Mundial de Saúde

Tipicamente, **o planeamento na saúde** é definido como um processo para estabelecer prioridades consensuais, objectivos e actividades para o sector da saúde, à luz das políticas adoptadas, das intervenções seleccionadas e das limitações dos recursos. Tendo sido esta a óptica principal seguida na preparação deste documento (*Plano Nacional de Saúde*), o planeamento foi também abordado como:

- Uma oportunidade para consenso sobre valores orientadores do pensamento e acção sobre a saúde;
- Um instrumento de coordenação entre múltiplos actores;
- Um processo para intensificar a colaboração intersectorial para o desenvolvimento da saúde;
- Um meio de contribuir para a sustentabilidade técnica, política e financeira das actividades no sector da saúde;
- Um meio de contribuir para o modo de mudar os processos de trabalho no Ministério da Saúde e nas instituições associadas.

Agradecimentos

O nosso reconhecido agradecimento a todos aqueles que, nas diversas Unidades de Saúde que integram a rede de cuidados de saúde do Concelho de Oeiras, nos serviços da Administração Central, da Câmara Municipal de Oeiras, bem como aos membros da Comissão Municipal de Saúde que se disponibilizaram para colaborar, contribuindo assim para o bom termo deste Projecto.

Contributos Recebidos

Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda e Oeiras, Autoridade de Saúde de Oeiras, Comissão de Saúde da Assembleia Municipal de Oeiras, Centro de Saúde de Oeiras, Centro de Saúde de Carnaxide, Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Oeiras, Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Restelo, Junta de Freguesia da Cruz Quebrada - Dafundo.

Índice

Nota Introdutória	1
Apresentação: O Concelho de Oeiras: contexto sócio-económico	7
A SAÚDE NO CONCELHO DE OEIRAS	
1 – OEIRAS, TERRITÓRIO SAUDÁVEL	13
2 – EQUIPAMENTOS DE SAÚDE DE OEIRAS	15
2.1 – Serviço Público de Saúde	17
2.1.1 – Serviço Nacional de Saúde	17
<i>Centros de Saúde</i>	19
Centro de Saúde de Carnaxide	19
Centro de Saúde de Oeiras	25
<i>Hospitais</i>	33
Hospital de S. Francisco Xavier	33
<i>Centros de atendimento a Toxicodependentes CAT</i>	37
CAT de Oeiras	37
CAT do Restelo	39
2.1.2 - Serviço de Saúde Ocupacional da CMO	41
2.1.3 – Outros Serviços	45
<i>Hospital da Sta. Casa da Misericórdia de Oeiras</i>	45
<i>Apoio a Toxicodependentes</i>	47
<i>Saúde Mental</i>	50
<i>Postos Médicos e de Enfermagem</i>	52
Postos Médicos	52
Postos de Enfermagem da Freguesia de Barcarena	53
Postos de Enfermagem das IPSS	54
2.2 – Serviço Privado de Saúde	55
2.2.1 - Casa de Saúde de Carnaxide	55
2.2.2 - Clínicas e Consultórios	56
2.2.3 - Rede de Farmácias	56
3 – SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA EM OEIRAS	59
3.1 - A Autarquia e a Política da Saúde	59
3.2 - Promoção da Saúde ao Nível Local	62
3.3 - Desafio do Futuro	70
Roteiro das Unidades de Saúde	75
Referências Bibliográficas	78
Anexos	79
Ficha Técnica	91

Nota Introdutória

A Saúde é um bem social e, desse modo, está instituído como um dos direitos universais das sociedades humanas, não devendo o acesso aos cuidados de saúde depender de outras condições que não sejam as que naturalmente decorrem da necessidade de recorrer a esses cuidados.

A Saúde é também causa e consequência do processo de desenvolvimento, uma vez que uma sociedade saudável deverá ser sempre um dos pilares da opção de desenvolvimento, sem deixar de constituir um dos objectivos principais desse mesmo desenvolvimento.

Assim, e nas sociedades de hoje, o Estado da Saúde é cada vez mais o espelho das opções tomadas por quem governa territórios e comunidades, não podendo, em qualquer caso, deixar de estar no centro das decisões que envolvem todos os cidadãos.

Em Portugal, a melhoria das condições para uma sociedade mais saudável tem progredido de forma evidente, como é o caso da situação sanitária proporcionada pelo acesso generalizado às redes de abastecimento de água potável e de saneamento de águas residuais, bem como pela recolha e tratamento de lixos, principalmente os domésticos, de produção diária.

Complementarmente outras melhorias das condições de saúde têm acompanhado o próprio processo de desenvolvimento, tal como noutros países da União Europeia em que nos integramos, ainda que não de modo generalizado ao território português e nem sempre com os resultados desejáveis.

É o caso das condições criadas pelas opções da Política do Ambiente: protecção dos recursos naturais de que dependemos, ar, água, solo, florestas e outros recursos vivos; cuidado no ordenamento dos territórios, nomeadamente urbanos, evitando, entre outros, o congestionamento e a insalubridade do espaço; estratégias para combater as poluições química, sonora e outras.

No que concerne aos resultados obtidos no contexto das orientações da Política de Saúde, Portugal apresenta, para os grandes Indicadores de Saúde, valores similares aos da maioria dos países da União Europeia, como é o caso da mortalidade infantil, com uma taxa de 5,0‰ para 2001 e cuja redução foi gradualmente conseguida através da generalização e continuidade dos cuidados materno-infantis e campanhas de vacinação.

Noutros campos também já se atingiram níveis de evolução significativos¹:

* Hospitais

- * 90% das camas têm menos de 15 anos, tendo-se conseguido, por isso, uma relação hospital/habitante relativamente favorável - 3 camas/mil habitantes;
- * 80% dos habitantes a residir a menos de 30 minutos dum hospital distrital ou central.

* Recursos Humanos Especializados:

- * Défice de enfermeiros: 4 enfermeiros/mil habitantes contra 5,2 na UE;
- * Superavit de médicos: 3/mil habitantes, contra 2 na UE.

Apesar desta imagem positiva resultante da evolução recente do sector, subsistem condições diferenciadas de acesso aos cuidados de saúde, principalmente os especializados, não exclusivamente por razões económicas mas também por questões geográficas. Este é um facto que pode criar alguns riscos tanto para problemas de saúde mais tradicionais como para outros mais recentemente surgidos como os que decorrem das novas epidemias, SIDA inclusive. A própria alteração da dinâmica demográfica da população constitui, só por si, outra fonte de preocupação, nomeadamente o envelhecimento que requer reforço dos serviços de saúde tanto gerais como especiais. Por outro lado, o rejuvenescimento da população também tem que ser concretizado com condições de apoio suficientemente convincentes entre os quais se encontram, sem dúvida, os cuidados de saúde.

As desigualdades de acesso à saúde tornam-se seguramente mais notórias considerando os custos cada vez mais altos na prestação de cuidados de saúde, que são cada vez mais sofisticados do ponto de vista tecnológico e diferenciados conforme a população e os objectivos a que se dirigem.

Ou seja, hoje existem desafios múltiplos para a Saúde:

- * A consideração do “valor económico da Saúde”, pelo custo “tecnológico”;
- * A necessidade de adaptação constante às variações de “mercado” ditadas pela evolução do sector e pelas alterações demográficas e de estilo de vida, entre outras;
- * A reorganização dos processos de acolhimento de doentes nas diferentes instituições e para diferentes tipos de resposta, no sentido de atingir os níveis de qualidade cada vez mais exigíveis neste domínio.

(1) A Doença em Portugal, Manuel J. Antunes, Lisboa, Quetzal Editores, 2000

Necessariamente que os mecanismos tradicionais de resposta a estes desafios não vão ser suficientes até porque o sistema entrou em descompensação há muito tempo, ou seja, o *Serviço Nacional de Saúde, SNS*, paga mais do que recebe. A reformulação do sistema tradicional deverá implicar uma reorientação da *Política de Saúde* com opção clara pela evolução constante do sector, ou seja, o reequilíbrio do sistema não poderá ser feito à custa do afastamento da modernização, tanto tecnológica como de processos de gestão.

Relativamente a este último aspecto, existe um défice declarado de racionalização de funcionamento, aliás comum a outros sectores da administração pública: as instituições de saúde, inseridas no respectivo nível hierárquico, deverão complementar-se no funcionamento segundo as competências atribuídas e tendo em conta o espaço em que se inserem, no sentido de racionalizar os recursos existentes, permitir a eficácia da modernização e concretizar, enfim, uma gestão integrada, envolvendo todo o sistema.

A adaptação às constantes mudanças que afectam o *perfil demográfico das populações* é outro desafio. No geral, a população portuguesa, além de envelhecida como todas as restantes sociedades europeias - cerca de 16,35 % (INE, 2001) da população tem idade acima dos 65 anos, e 14 % tem idade inferior a 15 anos, detém também uma esperança de vida mais elevada, de 80 anos para as mulheres e de 75 anos para os homens. Esta é uma realidade substancialmente diferente de há 20/30 anos atrás, quando a população era evidentemente mais jovem, e que exige outro tipo de cuidados de saúde, sem os quais não é possível manter qualidade de vida.

Por outro lado, não é possível ignorar as diferenças entre sociedades, urbanas e rurais, estas mais envelhecidas do que aquelas, e mesmo entre diferentes comunidades urbanas com exigências sócio-culturais diferenciadas, não exclusivamente no que se refere à saúde, mas também quanto a diferentes modos de inserção no trabalho, constituindo este uma das principais condicionantes directas da saúde da população activa e também indirecta para a população em geral.

O *Inquérito Nacional da Saúde, INS*, relativo ao Continente, 1998-99, elaborado pelo Observatório Nacional de Saúde, revelou alguns dados interessantes sobre características ou problemas que percorrem a população do Continente e que não deverão ser ignorados no esforço de melhoria dos "*cuidados de saúde*".

Neste Inquérito foram questionados cerca de 50.000 indivíduos, 48% homens e 52% mulheres; na maioria casados, 54% (36% solteiros, 8% viúvos, 2% divorciados); com ensino básico/1º ciclo, 28%; activos, 45% (19% estudantes, 16% donas de casa); principalmente operários e similares, 22%; e trabalhadores não qualificados, 14%.

Relativamente a indicadores do “Estado de Saúde” dos inquiridos verifica-se que:

- * As alterações de saúde devem-se fundamentalmente a insuficiências do aparelho respiratório, 24%;
- * As incapacidades temporárias devem-se principalmente a acidentes domésticos ou de lazer, 47%, acidentes de trabalho, 31%, insuficiências do aparelho respiratório, 24%;
- * As incapacidades de longa duração devem-se ainda a insuficiências do aparelho respiratório, 40%.

Apesar deste quadro, 75% dos inquiridos consideram-se em bom ou razoável estado de saúde.

Quando necessitam de recorrer a cuidados de saúde, em 83% dos casos utilizam o Serviço Nacional de Saúde, SNS, do qual finalmente o Inquérito não evidencia opiniões demasiado desfavoráveis, principalmente quanto ao atendimento e condições das instalações, embora, no caso dos procedimentos administrativos exista uma opinião menos favorável. O tipo de especialidade mais consultado é, assim, a Clínica Geral – 60% dum universo que não ultrapassa os 30% dos inquiridos.

A figura do Seguro de Saúde não tem significado, uma vez que 95% dos inquiridos revelaram não beneficiarem deste tipo de alternativa ao SNS².

Nesta trama complexa de situações e relações entre serviços, utentes e soluções com diferentes graus de eficácia, as entidades exteriores ao Sistema de Saúde não podem nem devem situar-se como meros observadores, antes deverão integrar-se como parceiros de soluções, conseguindo desse modo contribuir para uma melhor reorganização do sistema de que todos deverão beneficiar.

Entre os parceiros externos ao sistema de saúde, os Municípios detêm uma posição privilegiada uma vez que são as entidades que conhecem com mais profundidade as questões que afectam as comunidades dos respectivos territórios, bem como as inter-relações entre os representantes de outros sectores da administração, como a educação e o desporto, com profundas ligações à saúde, ou do sector privado, nomeadamente empresarial, sendo certo que o “trabalho saudável” é uma das condições base para garantir “sociedades saudáveis”.

É indispensável o diálogo entre Municípios e a Administração Central no domínio da Saúde, do qual se poderão extrair mais valias importantes para as comunidades concelhias, seguramente com melhor rentabilização de recursos de ambos os lados.

(²) Segundo dados da Associação Portuguesa de Seguradores (APS) respeitantes a 2002, 16% dos portugueses estão abrangidos com seguros de saúde quer individualmente quer através de seguros de empresas.

Esta “parceria de saúde” poderia conseguir resultados de contexto, dos quais:

- * Esvaziamento da situação de desconfiança, fortemente enraizada nas populações, face ao Sistema de Saúde, que todos sentem suficientemente afastado, quando deveria ser o mais próximo, pelo menos ao nível dos cuidados de saúde primários;
- * Promoção de uma informação mais efectiva dos diversos factos ligados ou caracterizadores da Saúde, junto das populações;
- * Desenvolvimento de um entendimento mais alargado do conceito de Saúde e, como consequência, da corresponsabilização de todos para a respectiva melhoria;
- * Consciencialização de que é necessário assumir a prevenção como factor essencial para garantir “sociedades saudáveis”.

Em qualquer caso, é no domínio da prevenção que as autoridades municipais mais podem interferir em acções efectivas junto das comunidades concelhias, tanto do ponto de vista geral como especializado, no que se refere aos problemas cruciais dos nossos dias:

- * Consumos dependentes de tabaco, droga e álcool ou mesmo das novas tecnologias de informação e comunicação, como a *INTERNET*;
- * Consumos alimentares desequilibrados;
- * Outros hábitos conducentes a desequilíbrios da saúde, como a sedentarização crescente ou a mobilidade exclusivamente motorizada (segundo o INS referido, 33% dos inquiridos têm pouca mobilidade porque andam pouco ou porque estão demasiado tempo sentados), a exposição excessiva ao sol, entre outros.

A *prevenção* aliada à *informação* é ainda fundamental para criar defesas face às novas ou velhas epidemias cujo (re)aparecimento decorre de perturbações ambientais, notoriamente as climáticas ou as ligadas a poluições específicas, ou mesmo condições de saúde, como disseminação de contaminações de excepção.

O *Município de Oeiras*, consciente do seu papel para a criação de melhores condições de saúde para todos os que residem no seu território ou mesmo para os que aqui passam uma parte das suas vidas, apresenta, como primeira aproximação a uma nova atitude para com a questão da saúde, a *Carta de Saúde do Concelho de Oeiras*.

Este documento pretende apresentar, por um lado, uma síntese do *Estado da Saúde no território do concelho* e, por outro, as principais preocupações e orientações do Município para melhorar, dentro do quadro das suas actuais competências, o desempenho global deste sector.

Apresentação:

O Concelho de Oeiras - Contexto Sócio-Económico

O *Concelho de Oeiras*, situado entre os concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Cascais e confinando com o estuário do Tejo, a Sul, é um dos 18 concelhos que constituem a Área Metropolitana de Lisboa, detendo 1,6% da superfície e 6% da população metropolitana.

A abertura em anfiteatro sobre o estuário do Tejo, dá-lhe a temperança dos ventos húmidos e o desafio de um horizonte quase sempre marcado pelas águas entre rio e oceano. A riqueza dos solos, hoje menos recordada, e a proximidade a Lisboa destinaram-no, desde cedo, a um papel notável na envolvente da capital.

Se a ocupação do território está registada desde a pré-história, é com a época das Descobertas que Oeiras vê crescer a sua importância como celeiro de Lisboa e como localização industrial - Fábrica da Pólvora de Barcarena, exploração de pedreiras e de cal. A necessidade de defesa, por outro lado, criou um cordão de Fortes sobre a costa, enquanto no interior, alguns Conventos de ordens religiosas participavam na organização do território, como é de resto usual nesses tempos de incerteza política.

O concelho, criado a 13 de Julho de 1759 por Carta Régia de D. José I, tem como 1º Conde de Oeiras, o Ministro do Rei, Sebastião de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, facto com importância determinante no futuro do concelho tanto no que se refere ao enriquecimento urbanístico das vilas ribeirinhas, como à prosperidade do território rural onde sobressai, para além da demarcação da vinha de Carcavelos, o surgimento de numerosas quintas, à semelhança da própria Quinta do Marquês de Pombal, cujos vestígios são uma das originalidades marcantes do património histórico concelhio.

O século XIX foi determinante para Oeiras. Com a extinção das ordens religiosas, os Conventos tal como os Fortes passaram a centros de interesse crescente para o veraneio da classe burguesa de então, ao mesmo tempo que se multiplicam as casas apalaçadas, os chalets e as moradias, enriquecendo-lhe o perfil de uma “pequena Riviera” às portas de Lisboa.

No século XX, a vocação para o lazer, desta feita de cariz mais popular, acentua-se por via do desenvolvimento dos meios de transporte, eléctrico e comboio, que passam a ligar facilmente o concelho de Oeiras a Lisboa. Paralelamente, a indústria floresce com a instalação, na primeira metade do século, de grandes unidades fabris como a Fundação de Oeiras e a Lusalite.

A partir dos anos 40/50 Oeiras será profundamente influenciado pelo crescimento de Lisboa feito à custa da imigração de populações do interior do país que procuravam, neste e noutros concelhos vizinhos da capital, condições de fixação mais favoráveis, do ponto de vista económico.

Hoje, vão longe os tempos de concelho-dormitório, de dependência económica de Lisboa e da indiferença carismática de uma situação suburbana, comum, aliás, a todos os concelhos da envolvente de Lisboa, e que tem vindo a ser superada até aos nossos dias, particularmente no concelho de Oeiras, por via de medidas de política nacional, regional e local.

Oeiras constituiu-se, nos anos 80 e 90 do século passado, como pólo económico autónomo na Área Metropolitana de Lisboa onde, em 2001 e segundo o último Censo, aí viviam 162.128 habitantes, a maior parte dos quais também aí trabalhando, predominantemente em actividades terciárias de forte dominante tecnológica.

No final do século XX, Oeiras já ocupava a primeira posição económica na Área Metropolitana, depois de Lisboa, significando essa posição cerca de 90.000 empregos, 7.000 empresas, 70% das quais do sector terciário.

Este quadro económico é o resultado de uma estratégia de desenvolvimento municipal em que a principal aposta se refere à mudança de orientações para o sector económico, no sentido da terciarização qualificada, com especial incidência nas actividades ligadas à C&T e às novas tecnologias de informação e comunicação, TIC.

A organização do território do concelho passa também a reflectir o sentido das novas orientações de desenvolvimento. Assim, a maior parte do novo universo empresarial passa a estar organizado em Espaços Empresariais onde se evidenciam o Taguspark, como Parque Científico e Tecnológico, e os Business Park como a Qtª. da Fonte e Lagoas Park, com forte especialização no sector das TIC. No conjunto estes Espaços representam cerca de 15.000 empregos.

Estes novos Espaços Empresariais vieram complementar, de forma carismática, as tipologias de Espaços Empresariais mais tradicionais como Carnaxide cujo perfil industrial se tem, entretanto, terciarizado, ou como Arquiparque/Miraflores onde a primeira especialização em TIC se tem esbatido em funções de serviços

diversificados. Estes Espaços mais tradicionais contabilizam cerca de 25.000 empregos.

No que se refere às empresas de I&D, em 1999 o seu número estimava-se em cerca de 400 unidades, das quais 75% correspondiam a empresas C&T, Ciência e Tecnologia, ligadas principalmente à inovação e à nova economia, atingindo, no total, cerca de 5.000 postos de trabalho incluindo os investigadores ligados ao meio universitário do concelho. O Complexo Investigacional da Quinta do Marquês, mais conhecido como Estação Agronómica, é um exemplo de referência como espaço de I&D, Investigação e Desenvolvimento, principalmente no domínio da Biotecnologia.

No domínio das Grandes Empresas Portuguesas, ainda que só 4% das empresas do concelho estejam incluídas nesta “classe”, o seu peso, quanto ao emprego gerado e volume de negócios, é maioritário no universo empresarial do concelho - 70%.

Assim, considerando a importância das Grandes Empresas, a base tecnológica que caracteriza a maior parte das unidades instaladas nos Espaços Empresariais, o peso institucional, a oferta crescente na cultura e no desporto/lazer, a transformação crescente das estruturas tradicionais e a qualificação dos equipamentos, pode-se afirmar que os traços definidores de Oeiras de hoje, explicitam uma trajectória de aproximação ao paradigma de Meio Inovador.



Oeiras

Foto: Municipia

A Saúde no Concelho de Oeiras

1 - Oeiras, Território Saudável

Sendo a Saúde um dos sectores chave para garantir uma melhor qualidade de vida, não é por demais a preocupação com que é frequentemente referido, uma vez que nem sempre é possível à autarquia, por questões de competência, garantir os mais adequados níveis de desempenho da rede de equipamentos.

Em qualquer caso, o Estado de Saúde das comunidades residentes no Município de Oeiras, não pode ser exclusivamente interpretado à luz do desempenho dos equipamentos da rede pública e privada, uma vez que a quase totalidade das situações inerentes à vida dessas comunidades implicam no seu Estado de Saúde.

Não sendo ainda possível definir o que se pode chamar de Perfil de Saúde de Oeiras, através de indicadores suficientemente aferidos, segundo critérios e parâmetros universalmente admitidos como os mais significantes, pode-se, no entanto, desenhar um quadro global de apreciação da Saúde em Oeiras.

Tendo em conta que as **Condições Ambientais** são base incontestada para explicar o melhor ou pior estado de saúde das comunidades residentes num território, verifica-se que, no caso de Oeiras, segundo dados recentes reunidos na publicação de 2003, "**Oeiras, Factos e Números**" da responsabilidade da Arqt^a. Rita Dias do Gabinete de Desenvolvimento Municipal da CMO, a maior parte dessas condições atingiram um bom nível de qualidade ou de funcionalidade capazes de garantir um bom Estado de Saúde no concelho:

- * O **abastecimento de água**, está garantido a toda a população do concelho através da rede pública de distribuição de água, sendo esta totalmente tratada, com controlo de qualidade regular;
- * O **tratamento de águas residuais domésticas** é assegurado para mais de 95% da população, através de 2 Estações de Tratamento de Águas Residuais;
- * A **recolha de resíduos sólidos urbanos**, serve toda a população do concelho: em 2002, dos 507 Kg/ano de resíduos produzidos por cada residente em Oeiras, 88% eram destinados ao aterro sanitário, 1% à compostagem e 11% à reciclagem;
- * A população do concelho tem acesso a cerca de **3,4 km² de espaços verdes** ordenados e tratados, o que perfaz cerca de **21m²/habitante**, em 2001;
- * A **acessibilidade da população a arruamentos pavimentados** atinge quase 100%, estando todas as freguesias servidas por transporte público que só é urbano na freguesia de Oeiras; por outro lado, das 10 freguesias do concelho, a população de 6 é servida, a menos de 2km, por uma estação ferroviária da linha de Cascais ou de Sintra.

No que se refere aos **Indicadores de Saúde**, entre os que estão disponíveis sobre o concelho em data recente e comparáveis regionalmente, no Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, Edição 2003, e nas Estatísticas Demográficas, INE 2001, constatou-se o seguinte:

- * A **taxa de mortalidade** no concelho de Oeiras tem-se apresentado relativamente estabilizada, sendo de 8,6% em 2001 (para o mesmo ano, em Portugal, era de 10,2%; na Região de Lisboa e Vale do Tejo, LVT, 10,2%, e 9,7% na Grande Lisboa);
- * A **taxa de mortalidade infantil** no concelho, em 2001, era de 2,1% (em Portugal era de 5,0%, na LVT 4,3% e na Grande Lisboa 4,4%);
- * A **esperança média de vida** no concelho era de 71 anos no período 1996/98 (a mesma na Grande Lisboa, sendo em Portugal, neste mesmo período, de 72 anos tal como na Área Metropolitana);
- * As **doenças respiratórias**, tal como no Continente, eram as mais frequentes em Oeiras, 2001, seguidas das doenças designadas por doenças de infância, cuja incidência baixou notoriamente com as campanhas de vacinação integradas no Plano Nacional de Vacinação lançado em 1987;
- * O **número de médicos**³ relativo ao total de habitantes, no concelho, era de **8,1/mil hab.**, em 2000, enquanto que, em Portugal era de 3,2/mil hab., na Região de Lisboa e Vale do Tejo 4,1/mil hab. e na Grande Lisboa 6,1/mil hab. (segundo os Indicadores de Saúde definidos no Anuário Estatístico da Região de Lisboa e Vale do Tejo, INE, 2001);
- * O **número médio de camas** relativo aos habitantes era de 2,2/mil hab. no concelho, em 2001, tendo-se atingido em Portugal, 4,2/mil hab. na mesma data;
- * Quanto ao **número de farmácias por cada 10000 habitantes** (2001) o concelho de Oeiras registava um valor semelhante ao de Cascais, 2,0 que era superado pelo concelho de Lisboa, 6,0, e pelo concelho de Amadora, 3,1. Nesta data Portugal registava um valor de 2,5, a região de Lisboa e Vale do Tejo de 2,7 e a Grande Lisboa de 3,0.

Mais uma vez, e segundo estes indicadores globais, não será por demais acentuar a inexistência de situações preocupantes ou de risco agravado que afectem a população residente do concelho de Oeiras, facto que liberta os responsáveis autárquicos para o desenvolvimento de acções visando a constante melhoria dos indicadores de saúde e da qualidade de vida em geral das comunidades residentes.

(³) O número de Médicos é referido ao local de residência. Segundo a Ordem dos Médicos residiam, em 2003, no concelho de Oeiras, um total de 1441 Médicos (especialistas e não especialistas).

2 - Equipamentos de Saúde de Oeiras

O *Concelho de Oeiras* encontra-se integrado na *Unidade de Saúde C*, Sub-Região de Saúde de Lisboa, da qual fazem parte igualmente o concelho de Cascais e as freguesias de Ajuda, Sto. Condestável e S. Francisco Xavier do concelho de Lisboa. Esta Unidade de Saúde bem como a Sub-Região de Saúde a que pertence estão integradas na Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

Relativamente ao equipamento público de saúde, o concelho de Oeiras dispõe de *dois Centros de Saúde* - Carnaxide e Oeiras – e respectivas *Extensões* (Algés, Dafundo, Linda-a-Velha, Paço de Arcos e Barcarena). A nível hospitalar, os municípios do Concelho de Oeiras recorrem ao *Hospital de S. Francisco Xavier*, localizado no Concelho de Lisboa, podendo este recorrer, por seu lado, ao *Hospital Egas Moniz* para serviço de oftalmologia, otorrino e ortopedia e ainda ao *Hospital de Santana*, na Parede, concelho de Cascais, nesta última especialidade.

Na área social é de realçar o *Hospital de Retaguarda da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras*, localizado na vila de Oeiras com uma capacidade de 24 camas, dispõe de consultório médico e de enfermagem.

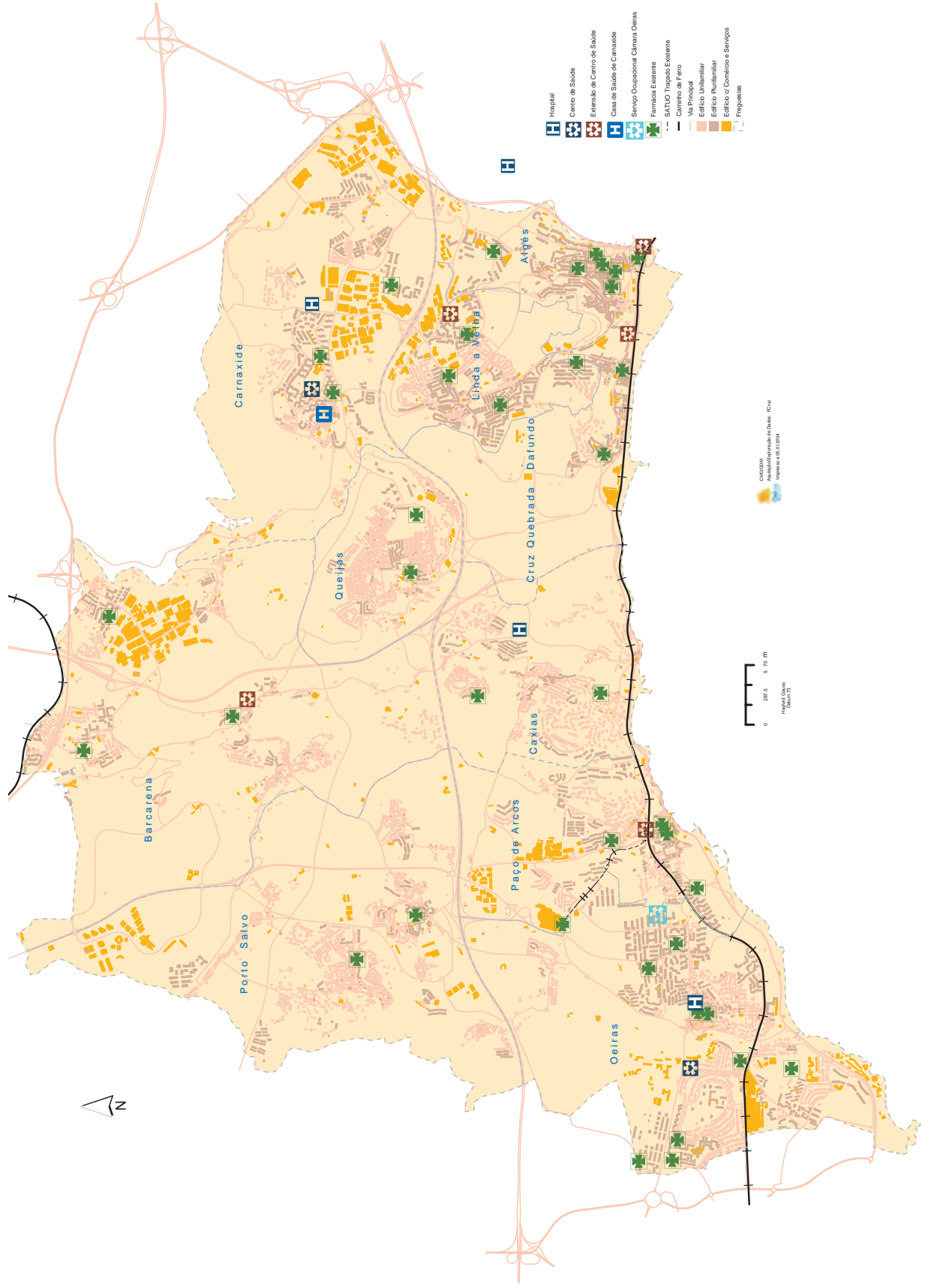
A *Câmara Municipal de Oeiras* dispõe de um gabinete médico e de enfermagem – *Serviço de Saúde Ocupacional da Câmara Municipal de Oeiras* – que serve uma população de cerca de 10.000 utentes (funcionários, activos e aposentados, contratados, agentes e seus familiares ascendentes e descendentes), constituindo, assim, um recurso importante no Concelho, ao nível da prestação de cuidados de saúde.

O equipamento de saúde privado, ao contrário do público, tem registado um aumento do número de unidades, acompanhando e integrando o processo de desenvolvimento, nomeadamente de terciarização, do concelho de Oeiras.

As Clínicas Médicas, as Clínicas Dentárias e os Laboratórios de Análises Clínicas são os agrupamentos com maior número de ocorrências, num total de 248 unidades (2003). Por sua vez, são as freguesias de Oeiras, Algés e de Linda-a-Velha a apresentar valores mais elevados de estabelecimentos privados no âmbito da saúde.

Após um longo período sem alterações, a rede de farmácias foi substancialmente completada nestes últimos quatro anos com novas unidades, facto que decorre das alterações na legislação que rege esta matéria, traduzidas na diminuição do valor da capitação exigida para abertura de novas farmácias, e na criação de um quadro legal específico que permitiu a transferência de farmácias do concelho de Lisboa para concelhos limítrofes. Tendo em conta os processos que estão a decorrer prevê-se para breve a concretização do FARMA 2001 que contempla, para o concelho de Oeiras, a existência de 41 farmácias.

Equipamentos de Saúde do Concelho de Oeiras



2.1 - Serviço Público de Saúde

2.1.1 - Serviço Nacional de Saúde

O *Concelho de Oeiras* dispõe de dois Centros de Saúde – Carnaxide e Oeiras – e respectivas *Extensões* (Algés, Dafundo, Linda-a-Velha, Paço de Arcos e Barcarena). Os Centros de Saúde do concelho dão resposta às necessidades de pelo menos 157.262 utentes, segundo os dados do INE, de 1998, tidos como referência pelo Ministério da Saúde, sendo a maioria do sexo feminino, mais precisamente 85.154. Em 2001, segundo dados dos últimos Censos, o total de residentes era de 162.128 habitantes, resultando assim uma taxa de cobertura de 98% ao nível dos Centros de Saúde, tendo em conta as referências mencionadas.

As instalações disponíveis nos Centros de Saúde e respectivas *Extensões* não sofreram alterações desde Novembro de 1995, quando entrou em funcionamento a *Extensão* de Linda-a-Velha, do Centro de Saúde de Carnaxide. Com excepção desta *Extensão* e da Sede do Centro de Saúde de Oeiras, todas as outras unidades de saúde ocupam, até ao presente, edifícios adaptados, decorrendo deste facto graves problemas na prestação de cuidados de saúde à população. Recentemente (2002) foram feitas algumas obras de remodelação na *Extensão* de Barcarena, tornando-a mais acessível às pessoas com mobilidade condicionada.

A autarquia já há muito disponibilizou terrenos para a construção das novas *Extensões* de Paço de Arcos (Tapada do Mocho), de Barcarena (Quinta da Franca) e de Algés (junto às antigas instalações dos Bombeiros Voluntários). Em Novembro de 2001, a Administração Central accionou os instrumentos necessários para a concretização dessas novas instalações no futuro próximo, incluindo-se também as que beneficiarão as freguesias de Queijas e Dafundo. Já em Janeiro de 2004 foi aprovado o processo de abertura de Concurso Público para a construção da nova *Extensão* de Paço de Arcos. Em Fevereiro de 2004 foi assinado um contrato programa referente às obras da adaptação da Escola Básica EB 1 do Dafundo, de forma a permitir disponibilizar temporariamente melhores condições à *Extensão* do Dafundo, até à construção da nova unidade de saúde.

No que se refere a **Hospitais**, a unidade hospitalar que serve a população residente no concelho de Oeiras é o Hospital S. Francisco Xavier. Integrados igualmente na Unidade de Saúde C encontram-se outros hospitais: H. de Egas Moniz, H. Dr. José de Almeida, H. Condes Castro Guimarães (Cascais) e o H. de Sta. Cruz, o único hospital localizado no concelho de Oeiras, da rede pública nacional, especializado na cirurgia cardiotorácica, cardiologia de intervenção e nefrologia de transplantes (cardíacos e renais). Recentemente (Dez. 2002) este hospital foi um dos trinta e quatro hospitais públicos abrangidos pelo processo de empresarialização, transformando-se numa Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos.

O Hospital Prisão S. João de Deus em Caxias^(*), é um Hospital Oficial não Público. Trata-se da única unidade hospitalar de prestação de cuidados médicos especializados no acompanhamento, em regime ambulatorio ou de internamento, aos reclusos de todos os estabelecimentos prisionais do país. É composto por três edifícios: um Pavilhão Clínico, um Pavilhão Administrativo e uma Clínica de Psiquiatria e de Saúde Mental.

Com uma capacidade para 187 utentes (Março 2004) dispõe de consultas de medicina interna, clínica geral, cardiologia, neurologia, dermatologia, gastroenterologia, anestesiologia, infecciosologia, fisioterapia, oftalmologia, otorrinolaringologia, estomatologia, cirurgia geral, cirurgia plástica, ortopedia, urologia, psiquiatria, patologia clínica e radiologia. Realizam também exames complementares de diagnóstico: análises clínicas, audiograma, ecografia e electrocardiograma.

(*) Anexo I – Informação síntese de caracterização do Hospital Prisional de S. João de Deus.

CENTROS DE SAÚDE

Centro de Saúde de Carnaxide

O Centro de Saúde de Carnaxide é constituído pela Sede (a funcionar desde 1973) e três Extensões: Algés (a funcionar desde 1960), Dafundo (a funcionar desde 1975) e Linda-a-Velha (a funcionar desde 1995).

Os **Serviços Prestados** pelas unidades do Centro de Saúde de Carnaxide são:

	SEDE	ALGÉS	DAFUNDO	LINDA-A-VELHA
Saúde Materna	X	X	X	X
Saúde Infantil	X	X	X	X
Planeamento Familiar	X	X	X	X
Saúde Mental	-	-	-	X
Vacinação	X	X	X	X
Cuidados de Saúde ao Domicílio	X	X	X	X
Serviços de Saúde Pública	-	-	-	X

E disponibilizam as seguintes **Especialidades**:

	SEDE	ALGÉS	DAFUNDO	LINDA-A-VELHA
Med. Geral e Familiar	X	X	X	X
Pediatria	X (!)	-	X	X (!)
Psicologia	-	-	-	X
Estomatologia	-	-	-	X
Ginecol./Obstetrícia	-	-	-	X (*)
Cirurgia	-	X	-	X
Psiquiatria	-	-	-	X
Ortopedia	-	-	X(*)	-
Nefrologia	-	-	-	X

(*) Especialidades que deixaram de existir a partir de 2003.

(!) Desde Dezembro de 2003 a Especialidade de Pediatria só existe na Extensão do Dafundo

Centros de Saúde

No domínio dos **Projectos e Intervenções na Comunidade**, o Centro de Saúde de Carnaxide promove Acções no que se refere a:

	SEDE	ALGÉS	DAFUNDO	LINDA-A-VELHA
Saúde Escolar*	X	X	X	X
Saúde Ambiental	-	-	-	X
Cuidados Continuados		X	-	X

(*) Saúde Oral , Projecto de Educação para a Saúde.

De acordo com os dados facultados relativamente ao número de consultas por **Programa de Saúde**, verifica-se um acréscimo, entre 1997 e 2002, de 1323 consultas, em **Saúde Materna**, de 1658 de **Planeamento Familiar** e de 154 nos **Cuidados de Saúde no Domicílio**:

CONSULTAS	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Saúde Infantil (*)	6 432	7 128	7 368	8 123	23156 ^(a)	26671 ^(a)
Saúde Materna	2 976	3 179	3 260	3 368	3463	4299
Planeamento Familiar	2 831	3 043	3 236	3 432	3720	4489
Cuidados de Saúde no Domicílio	1 095	1 195	1 265	1 358	1194	1249
Total	13 334	14 545	15 129	16 281	31533	36708

(*) Consultas realizadas por Médicos de Família.

(^a) Em 2001 e 2002 para além da Saúde Infantil foram consideradas as consultas de Saúde Juvenil, daí a diferença de valores relativamente aos anos anteriores.

Em relação às consultas de **Clínica Geral**, verifica-se que o número tem vindo a aumentar desde 1998, o que é válido para todas as Extensões com excepção da de Algés, onde, de 1999 a 2002 houve uma diminuição de 6.711 consultas nesta unidade de saúde, facto que se deve à transferência de utentes por mudança de residência decorrente de processos de realojamento. No total houve um aumento de 16.443 consultas de **Clínica Geral** no período em análise:

ANOS	ALGÉS	CARNAXIDE	DAFUNDO	LINDA-A-VELHA	TOTAL
1998	34 929	32 915	22 401	50 608	140 853
1999	38 471	38 554	22 878	55 292	155 195
2000	37 355	39 804	22 924	58 825	158 908
2001	33063	38467	21652	63160	156342
2002	31760	38844	20591	66101	157296

Nas **Consultas por Especialidade** verifica-se um aumento de 16.041 consultas entre 1998 e 2002, referindo-se a maior parte desse aumento à especialidade de **Medicina Geral e Familiar**, facto que está de acordo com o quadro de resultados obtido no Inquérito Nacional de Saúde, já anteriormente mencionado:

ESPECIALIDADES	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Medicina geral e familiar	138 496	140 853	155 195	158 908	156342	157296
Pediatria	7 432	8 479 ⁽¹⁾	7 740 ⁽²⁾	6 664 ⁽³⁾	2370	1830
Psicologia	443	536	1 045	1 178	687	606
Estomatologia	1 328	1 685	2 644	3 299	2893	3252
Ginecologia/Obstetrícia	1 238	1 436	1 496	1 419	1417	979
Cirurgia	739	895	874	1 735	2305	1976
Ortopedia	197	216	282	271	188	93
Nefrologia	471	522	513	459	378	353
Cardiologia	-	-	79	-	-	-
Total	150 344	154 622	169 868	173 933	166 580	166 385

(¹) Às consultas de Pediatria (8479) realizadas por médicos pediatras, acrescentam-se 7128 que foram realizadas por Médicos de Família.

(²) Às consultas de Pediatria (7740) realizadas por médicos pediatras, acrescentam-se 7368 que foram realizadas por Médicos de Família.

(³) Às consultas de Pediatria (6664) realizadas por médicos pediatras, acrescentam-se 8123 que foram realizadas por Médicos de Família

Relativamente aos **Actos de Enfermagem**, constata-se um aumento global de 39.108, entre 1997 e 2000, embora com oscilações intermédias, verificando-se nestes últimos dois anos uma redução dos vários tipos de actos:

ACTOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Injecções	43 773	42 910	47 087	35 003	32251	22393
Pensos	26 175	8 600	54 943	48 688	22356	20575
Outros	756	1 081	1 763	2 141	25645	25909
Total	70 704	52 591	103 793	85 832	80252	68877

O **Serviço de Atendimento Complementar**⁵ (SAC) funciona na Extensão de Linda-a-Velha, das 18 às 24 horas, nos dias úteis, e das 8 às 20 horas, aos sábados, tendo-se efectuado 20.349 consultas no ano 2000. Também nesta Extensão funciona, à segunda-feira, das 14 às 17 horas, o Gabinete do Utente⁶.

Entre 1999 e 2000 houve um aumento de 5.882 consultas no **Serviço de Atendimento Complementar**, passando do total de 14.461 para 20.343 consul-

(⁵) O Serviço de Atendimento Complementar constitui um serviço de atendimento médico e de enfermagem para situações que careçam de cuidados de saúde imediatos e que não podem esperar pela consulta do médico de família.

(⁶) O Gabinete do Utente tem como funções informar os utentes dos seus direitos e deveres em relação aos serviços de saúde, receber sugestões e reclamações dos utentes dos serviços de saúde e apresentá-las aos órgãos competentes.

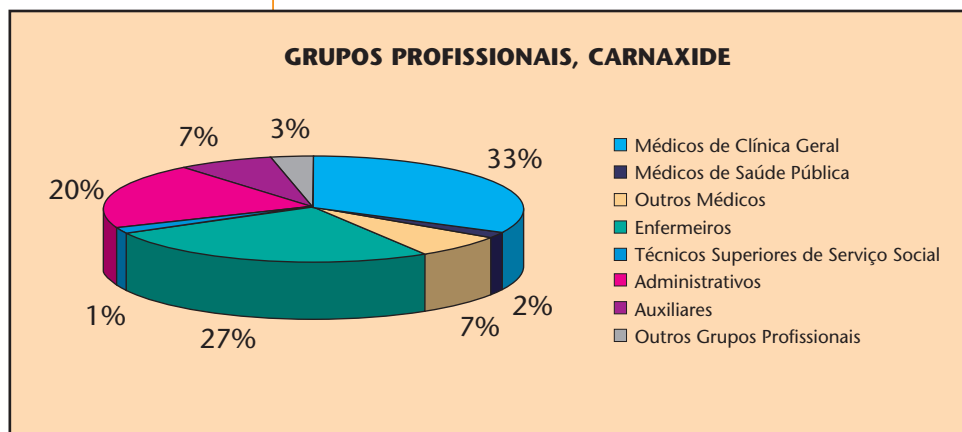
tas, tendo contribuído para esse crescimento os actos englobados na rubrica Pensos/Tratamentos.

Relativamente aos **Profissionais** afectos ao **Centro de Saúde de Carnaxide**, em 2000, num total de 175, é a Extensão de Linda-a-Velha que apresenta o total mais significativo de pessoal ao serviço, 71 profissionais, uma vez que se trata de uma estrutura nova, de maior dimensão, disponibilizando um maior leque de serviços. Na Sede, prestam serviço 39 profissionais, em Algés 40 e no Dafundo 25.

GRUPOS PROFISSIONAIS	SEDE	ALGÉS	DAFUNDO	LINDA A VELHA	TOTAL
Médico de Clínica Geral	15	17	7	18	57
Médicos de Saúde Pública	-	-	-	3	3
Outros Médicos	-	3	2	7	12
Enfermeiros	13	9	8	17	47
Técnicos Sup. Serv. Social	1	-	-	1	2
Administrativo	6	7	5	17	35
Auxiliares	3	3	3	4	13
Outros Grupos Prof.	1 (a)	1 (a)	-	4 (b)	6
Total	39	40	25	71	175

(a) 1 Telefonista

(b) 1 Telefonista, 2 Técnicos de Higiene e Saúde Ambiental, 1 Higienista Oral



No que se refere à **Manutenção e/ou Recuperação das Instalações**, a Extensão de Linda a Velha é a única estrutura nova que começou a funcionar em 1995; na Extensão do Dafundo e na Sede foram realizadas obras de manutenção e melhoria. A Extensão de Algés não foi objecto de obras.

Os **Acessos**, tanto à Sede como às Extensões do Centro de Saúde de Carnaxide podem-se classificar como bons, nas actuais condições do concelho, existindo em qualquer dos casos um bom serviço de transportes públicos.

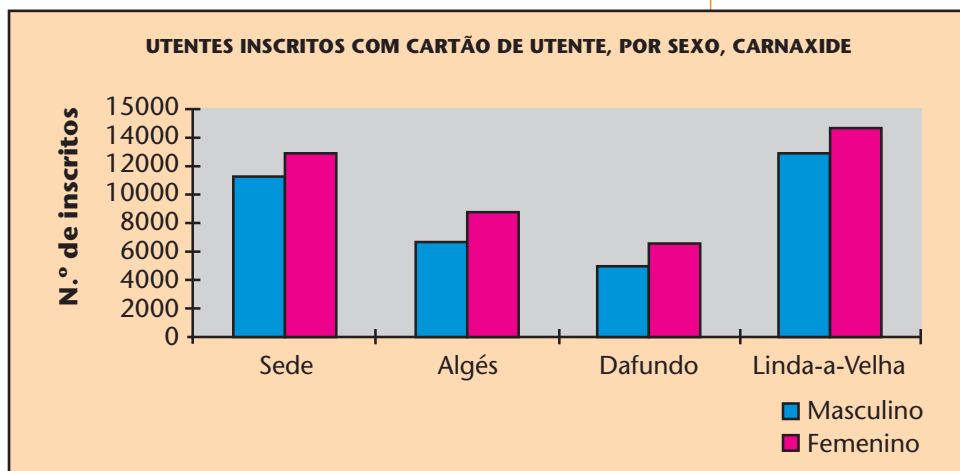
Quanto às condições de **Acessibilidade Especial** dos edifícios para pessoas com mobilidade reduzida, só a Extensão de Linda-a-Velha, por ser um edifício recente e dedicado, apresenta condições de acesso adequadas, incluindo rampas e ascensores.

Na **Acessibilidade Interna**, a Extensão de Linda-a-Velha dispõe de balcões e cabines telefónicas acessíveis a pessoas de cadeiras de rodas, bem como entradas/portas e corredores com a largura necessária para a sua passagem. A Sede do Centro de Saúde de Carnaxide também apresenta uma rampa para facilitar o acesso ao interior do edifício, bem como uma cabine telefónica acessível a pessoas com cadeiras de rodas.

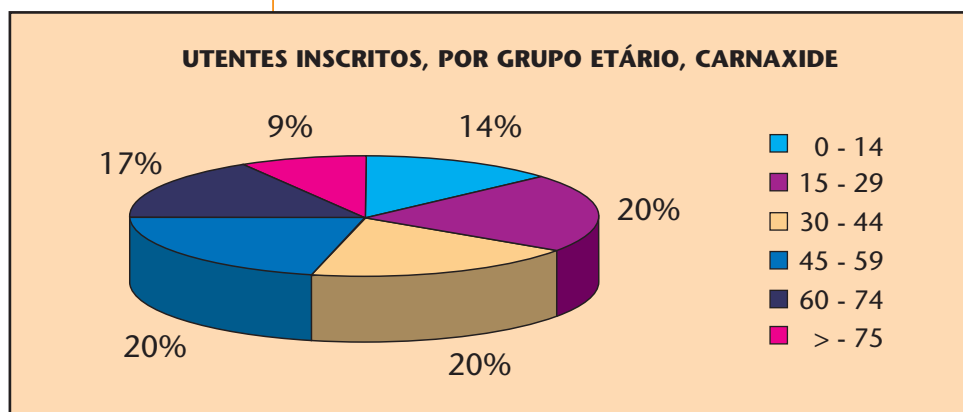
As **Extensões do Dafundo e a de Algés** não reúnem condições para os idosos e deficientes acederem sem problemas aos serviços. A primeira porque funciona numa vivenda cujos consultórios ocupam o primeiro andar do edifício, não dispondo de elevador, e a segunda ocupa o r/c e o primeiro andar de um prédio com condóminos e também sem elevador. Estas dificuldades também são extensivas à Sede que funciona num prédio de 3 pisos destinado à habitação, porque embora tenha uma rampa de acesso para o interior do edifício, o acesso aos consultórios é problemático, por os mesmos se encontrarem nos pisos superiores onde as escadas são estreitas e não existe elevador.

Os **Utentes Inscritos com Cartão do Utente**, atingem um total de **91.785**, em 2002, para o conjunto dos quatro equipamentos do Centro de Saúde de Carnaxide, sendo a maioria do sexo feminino, mais precisamente 49.055:

CENTRO/EXTENSÕES	TOTAL	UTENTES FEM. %	UTENTES MASC %
Sede	29540	52,5	47,4
Dafundo	9355	54,6	45,3
Linda-a-Velha	32409	52,8	47,1
Algés	20481	55,1	44,9



Considerando os **Grupos Etários**, verifica-se que os grupos dos 15 aos 29 anos, dos 30 aos 44 anos e dos 45 aos 59 anos, grosso modo correspondentes à população activa, estão igualmente presentes com 20% de inscritos cada; o grupo dos 60 aos 74 anos apresenta 17% de inscritos, seguindo-se os com menos de 15 anos, com 14 % e, por fim, os com idade superior a 75 anos que representam 9% das inscrições no Centro:



Esta distribuição evidencia uma forte representação da população activa e um peso relativamente fraco da população mais idosa, o que deve constituir um indicador importante para a estruturação futura dos serviços prestados por este Centro.

Existe um número significativo de **Utentes Inscritos sem Cartão de Utente**, o que se deve a causas diversas, desde a não requisição do cartão e portanto não utilização dos serviços de saúde, até à não actualização de ficheiros, por transferência ou falecimento de utentes. Assim, o Centro de Saúde de Carnaxide tem 4.325 utentes inscritos sem “médico de família” designado, dos quais 2.325 utentes são referentes à Sede e 2.000 à Extensão de Linda-a-Velha⁷.

Com excepção da Medicina Geral e Familiar todas as marcações nas especialidades, são feitas pelo Médico de Família, MFam.. Os **Tempos de Espera** nas especialidades variam entre 1 e 2 semanas, excepto na Psiquiatria, de 2 a 3:

(⁷) Segundo dados não confirmados pelos responsáveis do respectivo Centro, o total de Utentes sem médico de família no Centro de Saúde de Carnaxide atingiu, em 2003, um valor superior a 12 000.

ESPECIALIDADES	REGRAS DE ACESSO	TEMPO DE ESPERA 2002
Medicina Geral e Familiar	(1) Marcação prévia (telefone ou presencial)	(1) 1 semana
	(2) Consulta de doença aguda	(2) sem espera
	(3) Consulta de iniciativa médica	(3) variável
Pediatria	(1) Pelo MFam., de crianças com + de 2 anos	(1) 2 semanas
	(2) Por marcação prévia a crianças com 2 ou + anos	(2) 2 semanas
	(3) Doença aguda	(3) sem espera
Psicologia	Pelo MFam./Saúde Escolar	1 a 2 semanas
Estomatologia	(¹) Pelo MFam.	(¹) 1 a 2 semanas
	(²) Por iniciativa do Estomatologista	(²) variável
Ginecolo./Obstet.	Pelo MFam.	1 a 2 semanas
Cirurgia	Pelo MFam.	1 a 2 semanas
Psiquiatria	Pelo MFam.	2 a 3 semanas
Ortopedia	Pelo MFam.	1 semana
Nefrologia	Pelo MFam.	1 semana

Centro de Saúde de Oeiras

O Centro de Saúde de Oeiras engloba a Sede (a funcionar desde 1982) e 2 Extensões: Barcarena (a funcionar desde 1982) e Paço de Arcos (a funcionar desde 1972).

Os **Serviços Prestados** pelas unidades do Centro de Saúde de Oeiras são:

	SEDE	BARCARENA	PAÇO DE ARCOS
Saúde Materna	X	X	X
Saúde Infantil	X	X	X
Planeamento Familiar	X	X	X
Saúde Mental	X	-	-
Vacinação	X	X	X
Cuidados de Saúde ao Domicílio	X	X	X
Serviços de Saúde Pública	X	-	-
Meios Comp. Diag. e Terap.	X	-	-

E disponibilizam as seguintes **Especialidades**:

	SEDE	BARCARENA	PAÇO DE ARCOS
Medicina Geral e Familiar	X	X	X
Pediatria	X	-	-
Psicologia	X	-	-
Ginecologia / Obstetrícia	X	-	-
Cirurgia	X	-	-
Psiquiatria	X	-	-
Oftalmologia	X	-	-

No que se refere a **Projectos e Intervenções na Comunidade**, o Centro de Saúde de Oeiras promove as seguintes Acções:

	SEDE	BARCARENA	PAÇO DE ARCOS
Saúde Escolar	X	X	X
Saúde Ambiental	X	-	-
Saúde Mental	X	-	-
Cuidados Continuados	X	X	X
Outros	X (*)	-	X (b)

(*) Trabalho em bairros sociais, Projecto de Intervenção Precoce, Rendimento de Inserção Social, Comissão de Controlo de Infecções, Férias em saúde, Projectos específicos nas áreas de Tumores Malignos, Tuberculose, Diabetes, Saúde de Adolescentes e Saúde do Idoso

(b) Saúde do Idoso e Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Oeira

As consultas de Saúde Mental e de Saúde Mental Infantil são da responsabilidade de uma Equipa de Psiquiatria e de Pedopsiquiatria do Hospital S. Francisco Xavier.

O Centro de Saúde de Oeiras disponibiliza ainda consultas de Saúde Oral por um Higienista Oral.

Entre os Projectos de Intervenção na comunidade, o Centro de Saúde de Oeiras dá apoio aos Alcoólicos Anónimos, desenvolve projectos de Educação para a Saúde, de Vacinação a grupos de risco em Instituições fechadas (Centro Nuno Belmar da Costa e Colégio Padre António Oliveira).

De acordo com os dados disponíveis sobre **Consultas por Programa de Saúde**, verifica-se que o **Programa de Saúde de Adultos** é o que regista maior número de consultas, mesmo com diminuição do número de consultas a partir de 1999. Aliás após esta data registou-se uma redução geral do número de consultas em todos os Programas de Saúde, devido a transferências de residentes por motivo de realojamento, como já referido:

CONSULTAS	1998	1999	2000	2001	2002
Saúde Infantil	10 011	13 109	11 884	16 173	15 793
Saúde Materna	2 607	2 814	2 267	2 551	2 521
Planeamento Familiar	4 455	5 073	3 977	4 939	4 259
Cuidados de Saúde no Domicílio	962	2 074	1 394	936	910
Medicina Geral Familiar	136 830	151 012	130 092	119 008	113 641
Total	154 865	174 082	149 614	143 607	137 124

No Centro de Saúde de Oeiras os médicos especialistas de Clínica Geral/Medicina Familiar para além das consultas mencionadas anteriormente asseguram também consultas de recurso (utentes sem médico ou com médico a faltar), consultas no domicílio (a doentes dependentes), consultas de Tabagismo e de Adolescentes.

Relativamente às **Especialidades**, a Medicina Geral e Familiar é a que regista maior número de consultas no período em análise:

ESPECIALIDADES	1998	1999	2000	2001	2002
Med. Geral e Familiar (*)	201 571	222 299	203 083	198 487	190 461
Pediatria	261	1 351	979	1 186	1 285
Psicologia	-	-	8	348	642
Ginecologia/Obstetrícia	4 090	3 389	3 144	3 677	3 173
Cirurgia	1 659	2 004	1 538	1 508	561
Psiquiatria (**)	-	706	558	590	73
Oftalmologia	4 938	3 355	2 496	2 576	2 443
Total	212 519	233 104	211 806	208 372	198 638

(*) Inclui Saúde do Adulto, Saúde Infantil, Saúde Materna, Planeamento Familiar, Domicílios Médicos e Atendimento Complementar

(**) A Psiquiatria é realizada por uma equipa do Hospital S. Francisco Xavier, apenas respondendo a casos de toxicod dependência

Nos **Actos de Enfermagem** verificou-se um crescimento médio anual de 100 casos, entre 1997 e 2000, tendo-se registado nos dois últimos anos uma diminuição significativa do número de actos:

ACTOS	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Injecções	31 470	32 244	31 334	31 199	28 157	30 559
Pensos	42 599	29 443	40 750	44 973	25 904	24 968
Outros	76 921	85 773	72 863	76 219	17 568	14 616
Total	150 990	147 460	144 947	152 391	71 629	70 143

O **Serviço de Atendimento Complementar (SAC)**, funciona apenas na Sede, tendo-se efectuado 53.337 consultas no ano 2002. Nos dias úteis funciona das 8 às 23 horas com inscrições até às 22.30 minutos; sábados e domingos das 8 às 18

horas com inscrições até às 17.30 minutos. Aos Domingos o SAC está fechado, mas há um serviço de enfermagem a funcionar até às 13 horas, para situações mais urgentes, não havendo limite de inscrições. O **Gabinete do Utente** do Centro de Saúde de Oeiras também funciona na Sede, das 10 às 16 horas nos dias úteis.

Em relação ao **Serviço de Atendimento Complementar**, de 1998 para 2002 deu-se um crescimento de 6.631 consultas, passando de 46.706 para 53.337, tendo contribuído para esse aumento sobretudo a população do sexo feminino.

O Centro de Saúde de Oeiras é um centro de estágio credenciado para:

Médicos do Internato Geral, Médicos do Internato Complementar de Clínica Geral, Médicos do Internato Complementar Pediatria, Técnicas do Serviço Social, Alunos de Medicina e de Enfermagem, Psicólogos, Estagiários de Enfermagem de vários níveis, Estagiários de Escolas Profissionais de Secretariado.

A Sede do Centro de Saúde de Oeiras é a que dispõe de um maior número de Profissionais ao Serviço, tanto em 2000 como em 2003, tendo-se verificado uma redução total de 46 profissionais para o conjunto das Unidades:

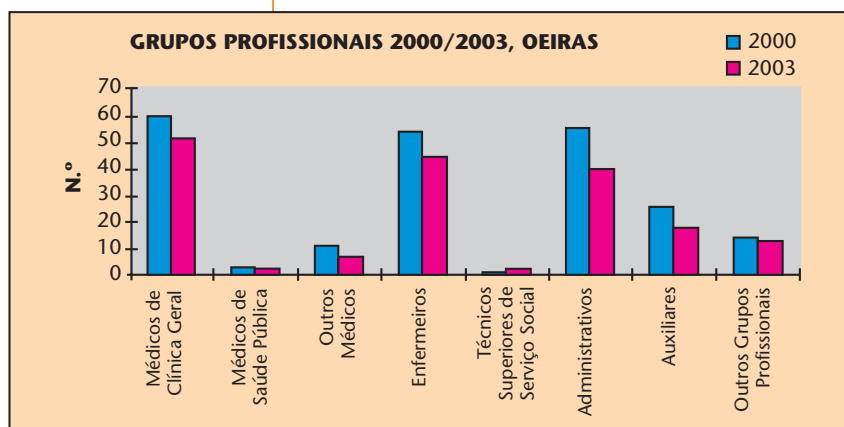
GRUPOS PROFISSIONAIS	SEDE		BARCARENA		PAÇO DE ARCOS		TOTAL	
	2000	2003	2000	2003	2000	2003	2000	2003
Médicos de Clínica Geral	40	36	5	5	15	11	60	52
Médicos de Saúde Pública	3	2	-	-	-	-	3	2
Outros Médicos	8	6	-	-	3	1	11	7
Enfermeiros	44	37	4	3	6	5	54	45
Técnicos Sup. Serv. Social	1	2	-	-	-	-	1	2
Administrativo	43	31	4	-	9	9	56	40
Auxiliares	21 ^(a)	13 ^(c)	2	2	3	3	26	18
Outros Grupos Prof.	14 ^(b)	13 ^(d)	-	-	-	-	14	13
Total	174	140	15	10	36	29	225	179

(^a) Inclui Telefonista e Motorista

(^b) Inclui 3 Técnicos Superiores de Farmácia, 6 Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica, 2 Técnicos Ambientais

(^c) Inclui 2 Telefonista e 1 Motorista

(^d) 2 Técnicos Superiores de Farmácia, 5 Técnicos de Laboratório, 4 Técnicos de Radiologia, 1 Higienista Oral, 1 Psicólogo



Relativamente à **Manutenção e/ou Recuperação das Instalações**: na **Sede**, desde 1995, adaptaram-se instalações a gabinetes de consulta e atendimento, criaram-se uma sala de reuniões e uma biblioteca, e efectuaram-se pequenas reparações; na **Extensão de Paço de Arcos**, também foram efectuadas obras de manutenção. Já em 2002 foram efectuadas algumas obras na **Extensão de Barcarena**.

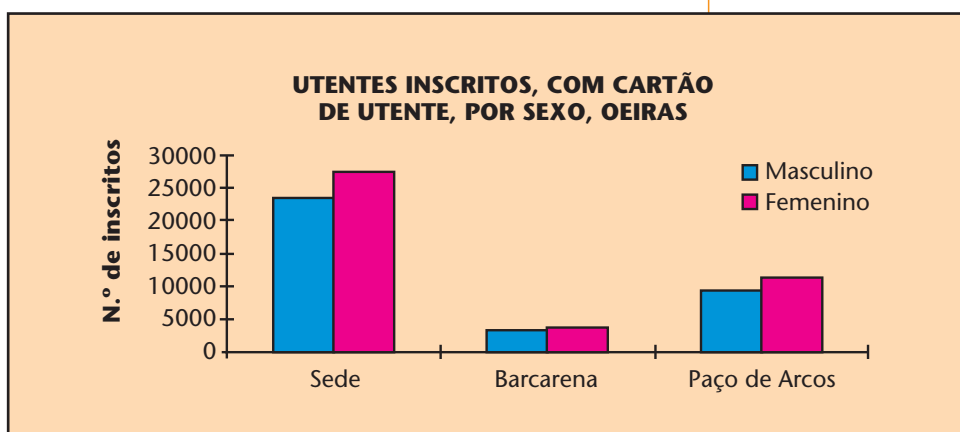
Após a resposta ao questionário de 2000, no Centro de Saúde de Oeiras foram criados mais 8 gabinetes para atendimento ao público e encontram-se (Fev. 2004) em remodelação os atendimentos administrativos, o parque de estacionamento foi melhorado e os jardins envolventes arranjados. O laboratório melhorou o equipamento técnico e foi instalada central telefónica moderna, fax e instalações e para informática em todos os gabinetes e instalações sanitárias e fraldários para crianças.

Os **Acessos** só se podem classificar de bons no caso da **Extensão de Paço de Arcos** uma vez que está localizada na proximidade da estação de comboios e de várias paragens de transporte rodoviários. Tanto a Sede de Oeiras como a Extensão de Barcarena estão razoavelmente servidas por um serviço de transportes públicos embora, em Barcarena, os horários continuem muito espaçados.

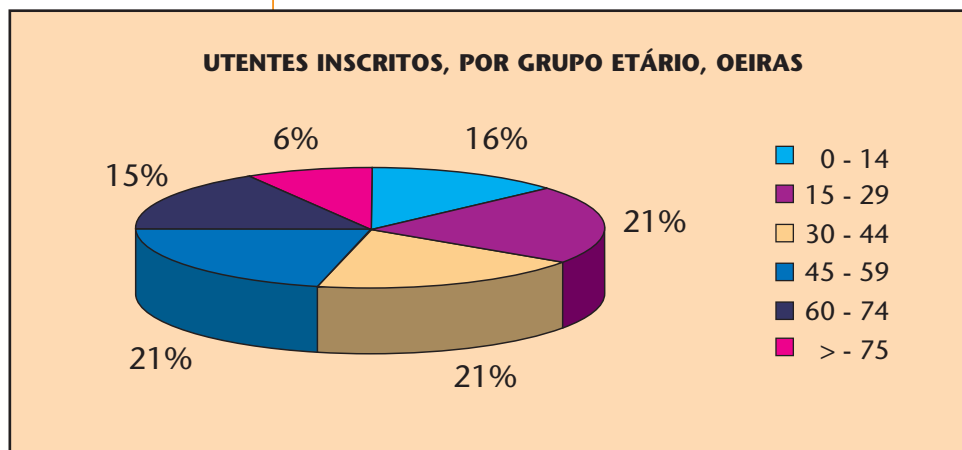
Em relação às condições de **Acessibilidade Especial** dos edifícios para pessoas com mobilidade condicionada, a Sede oferece condições de adaptação em sanitários e rampas, entre outras. A Extensão de Barcarena também dispõe de acesso para deficientes.

Os **Utentes Inscritos com Cartão do Utente**, no Centro de Saúde de Oeiras atingiam um total de **78.419**, em 2000, sendo a maioria do sexo feminino, mais precisamente 42.239:

CENTRO/EXTENSÕES	TOTAL	UTENTES FEM. %	UTENTES MASC %
Sede	51 028	54	46
Barcarena	6 935	51,5	48,5
Paço de Arcos	20 456	54,4	45,6



Quanto aos **Grupos Etários**, tal como se verificou no Centro de Saúde de Carnaxide, são os grupos dos 15 aos 29 anos, dos 30 aos 44 anos e dos 45 aos 59 anos que estão mais representados, com igual peso, 21% cada; seguem-se os utentes com menos de 15 anos, com 16%, depois os com 60 a 74 anos, com 15%, e os com mais de 75 anos, 6%. Aqui, mais do que em Carnaxide, é bastante evidente o grande peso dos activos.



O Centro de Saúde de Oeiras tem **2.888** utentes inscritos **sem Médico de Clínica Geral e Familiar**, distribuídos do seguinte modo:

SEDE	BARCARENA	PAÇO DE ARCOS
1 522	3	1 363

Por outro lado, do total dos inscritos, há **6.567** utentes que **não residem no Concelho de Oeiras**: 5.441 na Sede e 1.126 na Extensão de Paço de Arcos.

Actualizando estes dados para 2003 temos que dos 98 433 Utentes inscritos neste Centro de Saúde 80 566 têm médico de família, 15 690 não têm médico de família e 2 177 utentes são esporádicos. Para fazer face a este problema decidiu-se concentrar os utentes sem médico de família no Centro de Saúde de Oeiras, onde se criaram consultas de recurso, uma vez que tanto a Extensão de Paço de Arcos como a de Barcarena não têm gabinetes suficientes para este tipo de consultas.

Atendendo às **Regras de Acesso** às várias especialidades verifica-se que, no caso da Especialidade de **Medicina Geral e Familiar**, cerca de 50% das consultas são pedidas no próprio dia pelos utentes, 25% são pedidas a prazo e as restantes são programadas pelo próprio médico. As outras especialidades são pré-programadas. Nos **Tempos de Espera**, verifica-se que são as especialidades de Ginecologia / Obstetrícia e Oftalmologia que têm tempos de espera mais longos:

ESPECIALIDADES	REGRAS DE ACESSO	TEMPO DE ESPERA
Medicina Geral e Familiar	(1) Doença aguda ou apresentação de exames (50%);	(1) Pedidas no próprio dia
	(2) Consultas pedidas pelo utente (25%);	(2) Pedidas a prazo
	(3) Programadas na gestão da consulta (25%).	(3) Iniciativa médica
Pediatria	(1) Consulta pré marcada	(1) menos de 1 semana
	(2) Doença aguda	(2) no próprio dia
Psicologia	Especialidade iniciada em Novembro de 2000	Sem espera
Consultas pré-programadas:		
Ginecologia/Obstetrícia	(1) Ginecologistas do Centro de Saúde	(1) 1 a 3 meses
	(2) Ginecologista do HSFX	(2) 5 a 6 meses
	(3) Consultas de urgências	(3) imediatas
Cirurgia		Sem espera
Psiquiatria	Toxicodependência	Sem espera
Oftalmologia	(1) Pré marcações	(1) 6 a 8 meses
	(2) Serviço de Urgência	(2) Sem espera
	(3) Crianças	(3) 2 a 3 meses

Os **Centros de Saúde de Carnaxide e Oeiras**, Sedes e Extensões, avaliaram quais os **problemas de saúde que são mais frequentes** nos respectivos universos de utentes: em ambos os casos surgem os casos de hipertensão e cardiovasculares e a diabetes; no de Oeiras registam-se ainda casos de reumatismo e outros do foro da Saúde Mental, no de Carnaxide, casos de obesidade, dislipidémicos e de idosos dependentes. Ainda em Oeiras é de assinalar alguma preocupação com a toxicodependência, a tuberculose e os problemas sociais.

HOSPITAIS

Hospital de S. Francisco Xavier

O Hospital S. Francisco Xavier dispõe de **23 especialidades**, cuja procura, em 1999 e 2000, apresentava a seguinte distribuição, no **serviço ambulatório**:

ESPECIALIDADES	1999			2000		
	OEIRAS N°	%	HOSPITAL TOTAL	OEIRAS N°	%	HOSPITAL TOTAL
Anestesiologia	589	4	1 777	745	3	1 933
Cardiologia	1 541	10	5 130	1 639	7	4 431
Cirurgia Geral	2 804	19	8 507	2 971	12	7 103
Cirurgia Pediátrica	191	1	496	208	1	504
Diabetologia	416	3	1 217	503	2	1 269
Endocrinologia	102	1	376	133	1	388
Gastroenterologia	112	1	368	288	1	437
Ginecologia	2 358	16	7 495	3 020	12	7 062
Imuno-hemoterapia	-	-	2 225	-	-	2 014
Medicina Interna	1 502	10	4 409	1 556	6	4 886
Med. Fís./ Reabilitação	32	-	185	96	1	404
Microcirurgia	-	-	-	463	2	1 407
Nefrologia	384	3	1 224	322	1	1 454
Neonatologia	198	1	934	-	-	-
Neurologia	170	1	741	332	1	1 481
Obstetrícia	2 220	15	5 179	2 533	10	4 669
Oncologia Cirúrgica	-	-	-	860	4	2 769
Oncologia Médica	740	5	2 917	-	-	-
Pediatria Médica	447	3	1 342	586	2	1 088
Pneumologia	911	6	2 365	1 179	5	2 750
Psiquiatria	83	-	17 573	6 096	25	16 430
Reumatologia	181	1	578	200	1	554
Senologia	-	-	-	735	3	2 319
Total	14 981	100	65 038	24 465	100	65 352

Nota: Dados sobre o Internamento, Urgência, Bloco Operatório e Hospital de Dia não se encontravam disponíveis

No que se refere aos **Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica**, o Hospital S. Francisco Xavier disponibiliza os seguintes meios:

MEIOS DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA		1999	2000
	RX Convencional	X	X
	TC	X	X
Imagiologia	Mamografia	X	X
	Ecografia	X	X
	Outros	X	X
Anatomia Patológica	Histológicos	X	X
	Citológicos	X	X
Pat. Clínica	Autópsias	X	X
	Análises Clínicas	X	X
Gastroenterologia	Endoscopias	X	X
	Outros	-	X
Med. Física e Reab.	Tratamentos	X	X
Cardiologia	ECCG	X	X
	Ecocardiograma	X	X
	Pacemaker	X	-
	Registo de Holter	X	X
	Provas de Esforço	X	X
Pneumologia e Alergologia	Cateterismo Cardíaco	X	X
	Provas de F. Resp.	X	X
	Broncoscopia	X	X
Alergologia	Alergologia	X	X

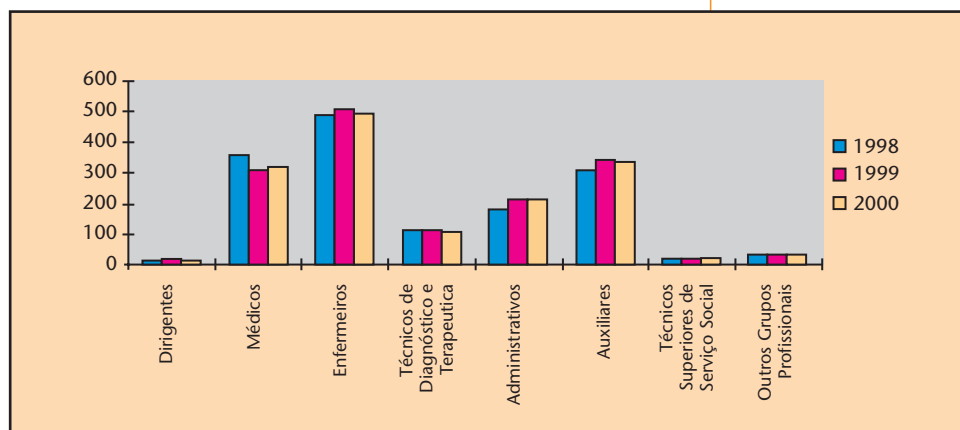
O **Gabinete de Serviço Social** funciona das 8 às 16 horas nos dias úteis e o **Gabinete do Utente** das 8 às 20 horas.

Quanto aos **Programas destinados à comunidade residente** no Concelho de Oeiras, existem consultas de ginecologia comunitária, efectuadas por médicos do Hospital no Centro de Saúde de Oeiras, bem como consultas de senologia (triagem) em todos os Centros de Saúde da Unidade de Saúde C da Sub-Região de Saúde de Lisboa.

Os **Profissionais** afectos ao funcionamento do Hospital S. Francisco Xavier, num total de **1.509 profissionais** em 2000, distribuem-se pelos seguintes **Grupos**:

GRUPOS PROFISSIONAIS	1998	1999	2000
Dirigentes	7	14	8
Médicos	355	306	315
Enfermeiros	485	505	492
Técnicos de Diag. e Terapêutica	110	107	106

GRUPOS PROFISSIONAIS	1998	1999	2000
Administrativos	179	208	208
Auxiliares	305	336	332
Técnicos Sup. de Serviço Social	13	14	16
Outros	34	32	32
Total	1 488	1 522	1 509



No que se refere à **Acessibilidade**, o Hospital S. Francisco Xavier encontra-se mal servido de **transportes públicos** no período nocturno. Sobre a **Acessibilidade Especial dos edifícios do Hospital para pessoas com mobilidade condicionada**, verificam-se algumas deficiências principalmente no estacionamento. Acrescenta-se ainda a dificuldade de acesso das ambulâncias.

Os **Utentes do Hospital S. Francisco Xavier**, residentes em Oeiras, distribuíram-se, em 1999 e 2000, pelos diferentes serviços, do seguinte modo:

SERVIÇO	AMBULATÓRIO		INTERNAMENTO		URGÊNCIA		BL. OPERATÓRIO	
	HOSP.	OEIRAS	HOSP.	OEIRAS	HOSP.	OEIRAS	HOSP.	OEIRAS
1999	65 038	14 981*	21 550	7 558*	157 891	62 974*	3 826	-
2000	65 352	24 465	20 863	-	144 191	68 886	3 867	-

* Dados referentes ao acumulado Março a Dezembro de 1999

Os **utilizadores do Hospital S. Francisco Xavier**, residentes em Oeiras, caracterizam-se, em 1999 e 2000, em consulta externa e urgências, pelos seguintes grupos etários:

GRUPOS ETÁRIOS	AMBULATÓRIO				URGÊNCIA			
	1999 (a)		2000		1999 (a)		2000	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
0 – 14	2 067	15	3 134	14	19 976	32	18 962	28
15 – 29	2 248	16	2 913	13	13 516	21	15 268	22
30 – 44	2 969	21	4 589	21	10 948	17	12 235	18
45 – 59	3 170	22	5 081	23	7 600	12	8 716	13
60 – 74	3 125	22	4 248	20	6 653	11	7 897	11
> 75	400	4	1 864	9	4 504	7	5 808	8
TOTAL	13 979	100	21 829	100	63 197	100	68 886	100

(a) Dados de Março a Dezembro

Nota: Os dados de 2000 referentes à Consulta de Imuno-Hemoterapia não se encontram disponíveis

Pode-se verificar que, na **consulta externa**, a distribuição é similar à dos Centros de Saúde, no que concerne à predominância dos activos. No que se refere às **urgências**, são especialmente notórios os números referentes aos que têm menos de 15 anos e 15 a 44 anos; também nas urgências o peso dos com mais de 75 anos é o menor, entre todos os restantes.

Os utilizadores dos **serviços de urgência e consulta externa** do Hospital S. Francisco Xavier, residentes no Concelho de Oeiras, provinham diferentemente das freguesias do concelho, em 1999 e 2000:

FREGUESIAS	URGÊNCIA		1999 CONSULTA EXT.		TOTAL
	TOTAL	%	TOTAL	%	
Algés	16 744	27	4 613	31	21 357
Barcarena	3 979	6	1 000	7	4 979
Carnaxide	11 675	19	2 158	14	13 833
C. Quebrada/Dafundo	2 940	5	471	3	3 411
Linda-a-Velha	2 732	4	597	4	3 329
Oeiras/S. J. da Barra	13 850	22	3 821	26	17 671
Paço de Arcos*	8 100	13	1 543	10	9 643
Porto Salvo	144	-	21	-	165
Queijas	2 810	4	757	5	3 567
Total	62 974	100	14 981	100	77 955

(*) Inclui Caxias

FREGUESIAS	URGÊNCIA		2000 CONSULTA EXT.		TOTAL
	TOTAL	%	TOTAL	%	
Algés	17 686	26	6 919	28	24 605
Barcarena	4 383	6	1 412	6	5 795
Carnaxide	12 168	18	3 871	16	16 039
C. Quebrada/Dafundo	3 102	5	833	3	3 935
Linda-a-Velha	2 883	4	877	4	3 760
Oeiras/S. J. da Barra	15 918	23	6 398	26	22 316
Paço de Arcos*	8 900	13	2 810	12	11 710
Porto Salvo	87	-	73	-	160
Queijas	3 759	5	1 272	5	5 031
Total	68 886	100	24 465	100	93 351

(*) Inclui Caxias

CENTROS DE ATENDIMENTO A TOXICODEPENDENTES

CAT de Oeiras

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) de Oeiras é uma Unidade Especializada do Instituto da Droga e da Toxicodependência (IDT), estrutura dependente do Ministério da Saúde. O CAT tem a sua sede na Rua Cândido dos Reis, 92 - 2º e extensão na R. Assis Chateaubriand, 59, ambos os espaços cedidos pela Câmara Municipal de Oeiras.

O CAT é uma unidade de tratamento ambulatorio destinada à população toxicodependente e suas famílias, dispondo para tal de atendimento Psicossocial e de Serviço Social, consultas de Psicologia e de consultas médicas – Clínica Geral e Psiquiatria.

O CAT proporciona à população que assiste: acolhimento em grupo, grupo de apoio a familiares, avaliação e/ou apoio médico de Clínica Geral/Psiquiatria, apoio psicoterapêutico e psicoterapia individual, terapia familiar, apoio social e socioterapêutico.

Na área da prevenção, o CAT de Oeiras colabora em ações de formação na área da toxicodependência em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras.

Na área do tratamento, disponibiliza programas de substituição opiácea com metadona e buprenorfina, e de antagonista com naltrexona, além de recorrer a diversas estruturas do IDT, ou com ele convencionadas, no sentido de providenciar desabituções e internamento em Comunidade Terapêutica. Dispõe ainda de um programa de apoio à criança, filha de toxicodependentes e à grávida toxicodependente.

Na área da reinserção o CAT de Oeiras dispõe para os seus utentes de um Clube de Emprego e articula, entre outras entidades, com o Programa Vida-Emprego.

A equipa do CAT de Oeiras é uma equipa multidisciplinar constituída por 17 profissionais, (Março 2004) ,das seguintes especialidades:

ESPECIALIDADES	Nº
Médicos de clínica geral	1
Psiquiatra	2
Enfermeiros	3
Psicólogos	4
Técnico serviço social	2
Administrativo	1
Técnico psicossocial	3
Técnico auxiliar de apoio e vigilância	1
Total	17

No ano de 2003 assistiu 441 utentes, que se distribuem por idade e residência da seguinte forma:

IDADE	H	M	Total
0 - 14	0	0	0
15 - 19	8	4	12
20 - 24	52	12	64
25 - 29	99	29	128
30 - 34	90	25	115
35 - 39	65	13	78
40 - 44	29	3	32
> 44	11	1	12
Total	354 (80%)	87 (20%)	441

RESIDÊNCIA POR FREGUESIA	
Algés	13
Barcarena	26
Carnaxide	21
Cruz Quebrada / Dafundo	6
Linda-a-Velha	18
Oeiras e S Julião da Barra	140
Paço de Arcos*	74
Porto Salvo	40
Queijas	15
Total	353**

* Inclui Caxias

** Os restantes 88 são de outros concelhos

CAT do Restelo

O Centro de Atendimento a Toxicodependentes do Restelo, tal como todos os CAT's, é uma unidade especializada do Ministério da Saúde e que tem como objetivo contribuir para a qualidade de vida dos toxicodependentes e suas famílias.

Esta estrutura encontra-se localizada no Restelo e pela proximidade ao Concelho de Oeiras, podem os munícipes de Algés, Carnaxide e Linda-a-Velha, optar por recorrer a esta unidade de saúde.

Instituição Pública, criada em 1977 (com o nome de Centro de Estudos e Profilaxia da Droga), actualmente na dependência do Ministério da Saúde, por intermédio do Instituto da Droga e da Toxicodependência. É uma instituição com grande experiência no domínio do tratamento e da prevenção das Toxicodependências, com um modelo de intervenção eminentemente psico-social.

Para além das habituais **Consultas para Jovens e Famílias** (com problemas de consumo de droga, ou apenas em situações de risco de comportamentos indesejáveis), tem **Psicoterapias**, individuais, de grupo e de familiares (modelo sistémico). Existe ainda um grupo de **Psicodrama**, aberto a todos os que dele necessitem e que sejam aceites pelo coordenador do grupo. Dispõe de uma **Comunidade Terapêutica** (a funcionar desde 1980 e actualmente segundo o modelo hierarquizado), que recebe utentes de todo o país, mediante proposta clinicamente fundamentada. Foi criado recentemente um **Programa de Metadona**, destinado aos utentes do serviço que dele tenham necessidade. Existe ainda uma pequena **Unidade de Investigação Clínica e Epidemiológica**, e é realizado algum trabalho de **Prevenção** articulado com escolas locais que o solicitem, além de facultar Formação/Supervisão (clínica e Psico-social), e estágios escolares e profissionais. Este Serviço está aberto à Comunidade e, na medida das possibilidades, recebe todos aqueles que o procurem.

2.1.2 - Serviço de Saúde Ocupacional da CMO

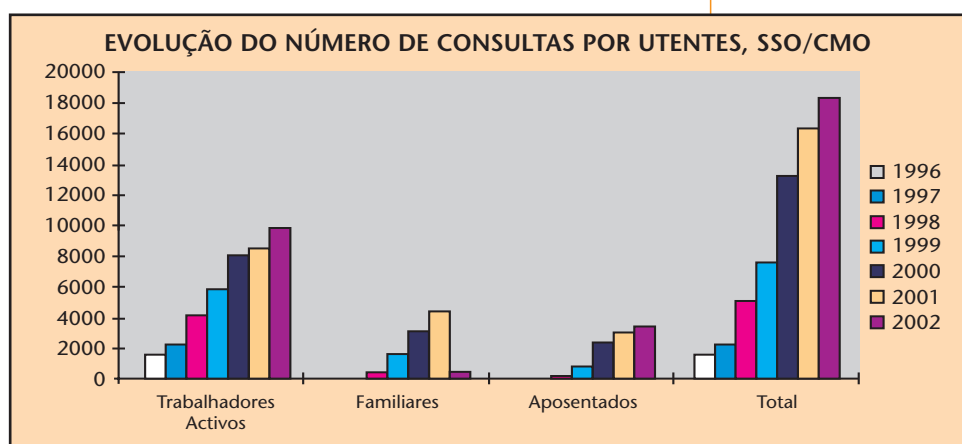
O Serviço de Saúde Ocupacional da Câmara Municipal de Oeiras serve uma população de **10.000** utentes, uma vez que a ele podem recorrer não só os cerca de 1.600 trabalhadores da CMO (efectivos e contratados), mas também os seus familiares ascendentes e descendentes, bem como os aposentados.

Em termos de profissionais, este serviço conta com 3 médicos especialistas, sendo 1 em **medicina do trabalho**, 1 **enfermeira** e 2 **administrativos**.

Para além dos exames médicos de admissão a todos os candidatos a ofertas públicas de emprego, dos exames médicos de regresso ao trabalho e acompanhamento da doença dos funcionários em sequência a faltas por doença, o Serviço de Saúde Ocupacional desenvolve uma importante actividade de **Medicina Curativa**, através de consultas médicas e actos de enfermagem.

O número de consultas médicas¹⁰ tem vindo a aumentar desde 1996 o que se explica pelo facto de que, a partir de 1997, poderem recorrer à Medicina Curativa do Serviço de Saúde Ocupacional não só os trabalhadores da CMO mas também os seus familiares e trabalhadores aposentados:

UTENTES	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Trabalhadores activos	1 165	2 420	4 288	5 668	7 968	8 700	9 744	9 914
Familiares	-	15	549	1 430	3 070	4 520	5 017	5 157
Aposentados	-	48	170	478	2 260	3 100	3 441	3 499
Total	1 165	2 483	5 007	7 576	13 298	16 320	18 202	18 570



⁽¹⁰⁾ Inclui as consultas de medicina curativa de iniciativa do trabalhador, as consultas de acompanhamento das situações clínicas apresentadas e exames médicos de saúde de rotina.

O número médio de consultas/dia em 2003 foi de 79.3 (considerados 234 dias úteis) e o número médio de consulta/dia/por médico foi de 39.6, tendo-se verificado um aumento em cerca de 2% no número de consultas dos trabalhadores activos entre 2002 e 2003.

Desde 1995 existe um **Gabinete de Enfermagem** no Serviço de Saúde Ocupacional, em regime de actividade permanente, cuja procura também tem vindo a aumentar:

ACTOS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Injectáveis (¹)	282	357	568	604	1 150	908	930	720
Pensos	294	468	511	765	567	450	400	380
Electrocardiogramas (²)	-	-	78	89	93	75	90	78
Avaliação da Tensão Arterial	207	551	657	656	347	390	298	310
Avaliação da Glicémia	12	30	41	136	34	46	38	20
Total	795	1 406	1 855	2 250	2 191	1 869	1 756	1 508

(¹) Não estão incluídos os actos de inoculação de vacinas

(²) Só disponível a partir de 1998

Na componente de **medicina preventiva**, o Serviço de Saúde Ocupacional promove regularmente **campanhas de vacinação**, **campanhas de recolha de sangue** e diversos **rastreios**. No sentido de dar apoio aos funcionários que se deslocam ao estrangeiro disponibilizam ainda uma Consulta do viajante.

No que respeita à **vacinação** procura-se a prevenção de algumas patologias virais como a Hepatite B e a Gripe. Conjuntamente com estas vacinações é efectuada uma actualização do Boletim Individual de Vacinação, nomeadamente em relação à vacina contra o Tétano, em colaboração com os Serviços locais do SNS.

VACINAS	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Anti-Hepatite B	511	114	201	340	470	320	45	234
Anti-Gripe	303	324	354	424	600	540	565	570

Desde 1997, a CMO faculta gratuitamente as Vacinas contra a Hepatite B e Gripe quer aos agentes da Polícia quer às Educadoras de Infância e Cozinheiras dos Infantários e Hospital da Misericórdia.

As **campanhas de recolha de sangue** são realizadas anualmente em colaboração com o Serviço de Sangue do Hospital de S. Francisco Xavier e Instituto Nacional de Sangue. Com esta iniciativa pretende-se não só a recolha de sangue como também chamar a atenção dos trabalhadores para esta problemática.

Quanto às **campanhas de rastreio** a diferentes doenças e funções vitais, o Serviço de Saúde Ocupacional realiza para o efeito protocolos e parcerias com diversas entidades, quer públicas quer privadas:

RASTREIO	Ano	Nº Traba.	Entidade Colaboradora
Tensão arterial e colesterol	1996/97	142	Inst. Port. de Cardiologia
Visão	1996	878	Grupo Optivisão
Função respiratória	1996	78	Lab. Boehringer Ingelheim
Osteoporose	1997	143	Lab. Novartis
Tuberculose	1997	690	Inst. Pneumológico da Alameda
Lípidos	1998	209	Lab. Sanofi
Cancro da Mama	2000	76	C. Médico de Ecografia
Rastreio Auditivo	2003	53	AudioClínica

O Serviço de Saúde Ocupacional promove ainda outros tipos de **actividades** ao nível da **prevenção** e do **acompanhamento de casos específicos**, nomeadamente:

- Programa de apoio ao trabalhador diabético;
- Programa de apoio ao trabalhador acidentado;
- Rastreio do cancro da próstata;
- Programa de apoio à mulher trabalhadora grávida;
- Programa de protecção solar;
- Programa de aconselhamento higieno-sanitário aos trabalhadores que se deslocam ao estrangeiro;
- Programa de apoio e assistência a trabalhadores com problemas de adição (álcool e drogas);
- Rastreio da obesidade em colaboração com a Faculdade de Motricidade Humana e o Laboratório de Indústria Farmacêutica “Roche”;
- Acções de formação: Curso de Primeiros Socorros e Problemas de adição – Álcool e Droga; Jornadas de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho (2003).

Desde 1997 que o Serviço de Saúde Ocupacional colabora de uma forma sistemática nas **acções de apoio e enquadramento das populações realojadas** nos Bairros de Habitação Social. Esta colaboração passa pela elaboração de **Manuais Informativos**, acessíveis à população em causa, visando o ensino de regras básicas sobre **Saúde e Higiene** individual e familiar, bem como sobre a **conservação** das novas **habitações**, de forma a manter boas e saudáveis condições.

Nestas acções procura-se dar o máximo de informações sobre os **Serviços de Saúde** da futura área de residência, **Planeamento Familiar e Educação Sexual**, nomeadamente versando a prevenção das **Doenças Sexualmente Transmissíveis** e sobre o **Plano Nacional de Vacinação** e a necessidade do seu cumprimento. Estas acções, de importância fundamental, contam também com a participação de técnicos dos serviços do SNS como do Centro de Saúde de Oeiras, convidados para o efeito.

A elevada qualidade resultou na atribuição a este serviço, em nome da CMO, do Certificado de Excelência, atribuído em Junho de 2002 na cidade de Barcelona, pela União Europeia, ao melhor serviço de Saúde Ocupacional no âmbito da Administração Pública a nível europeu.

2.1.3 - Outros Serviços

HOSPITAL DA STA CASA DA MISERICÓRDIA DE OEIRAS

O Hospital da Sta. Casa da Misericórdia de Oeiras, instituído como tal em 2000¹¹ tem 6.000 inscritos, 90% do concelho de Oeiras, sendo caracterizado por:

PROFISSIONAIS POR ESPECIALIDADE	1998	1999	2000
Medicina Geral e Familiar	3	3	3
Ginecologia / Obstetrícia	4	4	1
Oftalmologia	1	1	1
Otorrinolaringologia	1	1	1
Pediatria	2	2	1
Pneumologia	1	1	1
Outros	7	5	3
Técnicos de Diagnóstico e Terapêutica	-	2	2
Enfermagem	2	2	20
Pessoal Administrativo	3	5	5
Pessoal Auxiliar e Outro	7	5	29
Medicina Interna	-	-	3
Total	31	31	70

ESPECIALIDADES	1998			1999			2000		
	H	M	T	H	M	T	H	M	T
Med. Ger. e Familiar	157	602	759	260	530	790	306	624	930
Ginecologia/Obstetrícia	-	1 612	1 612	-	980	980	-	417	417
Oftalmologia	43	236	279	130	220	350	163	215	378
Otorrinolaringologia	119	280	399	230	354	584	130	137	267
Pediatria	285	315	600	254	120	374	202	260	462
Pneumologia	16	50	66	40	115	155	64	60	124
Outros*	930	1 433	2 363	390	570	960	246	360	606
Total	1 550	4 528	6 078	1 304	2 889	4 193	1 111	2 073	3 184

*psicologia, terapia da fala, cirurgia, cirurgia plástica, urologia

(¹¹) Até ao ano 2000 funcionava como posto médico.

Número de Actos de Enfermagem

ACTOS	1998	1999	2000
Injecções	1 093	600	2 500
Pensos e Outros	26	160	630
Total	1 119	760	3 130

Número de Actos Terapêuticos

ACTOS	1998	1999	2000
Terapia da Fala	*	650	521

(*) Em 1998 este número foi incluído nas "Consultas Médicas – Outros"

Número de Actos de Diagnóstico

ACTOS	1998	1999	2000
Análises	823	150	690
Ecografias	3 282	1 600	1 400
Total	4 105	1 750	2 090

As **consultas médicas** têm vindo a diminuir entre 1998 e 2000, sendo a procura mais significativa por parte do sexo feminino. Contrariamente às **consultas médicas** e **actos complementares de diagnóstico**, os **actos de enfermagem** têm vindo a aumentar. O **Internamento**, com **24 camas**, para complementar o Hospital Conde de Castro Guimarães (Cascais), ao abrigo de um protocolo, caracterizou-se, em 2000, da seguinte forma:

Média Mensal de doentes internados	44,75
Média de Idades de doentes internados	73,1
Tempo médio de Internamento (dia)	14,8
Taxa de Ocupação	92,7
Total de doentes internados de 15 Março a Dezembro 2000	370

APOIO A TOXICODEPENDENTES

Apoio da CMO

Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências

A Câmara Municipal de Oeiras tem vindo a intervir no âmbito da prevenção das toxicodependências através da Divisão de Assuntos Sociais/Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências.

O **Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências** é um processo activo de implementação de projectos e programas que tem como objectivo reduzir a incidência dos factores de risco e facilitar a promoção e educação para a saúde.

Como objectivos gerais deste Plano, apontam-se:

- Caracterizar a realidade do Concelho de Oeiras nesta matéria;
- Informar e sensibilizar a população;
- Promover projectos ou acções que permitam o desenvolvimento de competências individuais e sociais;
- Facilitar os meios necessários ao desenvolvimento de projectos promovidos pelos diversos parceiros vocacionados para intervir no âmbito da prevenção primária, secundária e terciária das toxicodependências, no Concelho de Oeiras.

De acordo com estes objectivos, pretende-se dar continuidade às actividades já em desenvolvimento e promover novas respostas com as seguintes linhas orientadoras:

1. Promover a informação junto da comunidade, traduzida em eventos como acções de informação/sensibilização, cursos de formação, seminários e campanhas;
2. Dar continuidade ao desenvolvimento de programas, projectos ou acções, com o objectivo da promoção e educação para a saúde e diminuição dos comportamentos de risco, de forma regular e sustentada;
3. Apoiar as diversas entidades que intervêm no âmbito da promoção da saúde e redução dos factores de risco, através de apoio financeiro, logístico ou técnico.

Com o objectivo de intervir no âmbito da promoção da saúde e do bem-estar dos jovens, destacamos um dos projectos, em desenvolvimento através do **Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências**, o Gabinete de Atendimento a Jovens: “CHAT”.

Gabinete de atendimento a Jovens - # CHAT

É um espaço onde os jovens, dos 12 aos 24 anos, podem procurar ajuda, expressar as suas ideias, ou esclarecer dúvidas sobre a saúde. A equipa técnica do #CHAT é constituída por psicólogos, enfermeiros, técnicos de serviço social e técnicos psico-sociais, que garantem um apoio gratuito, confidencial e desburocratizado.

Este projecto é coordenado pela **Câmara Municipal de Oeiras** e tem como parceiros o **Centro de Saúde de Oeiras** e o **CAT de Oeiras**.

Está localizado no Centro da Juventude de Oeiras e funciona à Segunda, Quarta e Sexta-Feira, das 10h às 12h30m e das 14h às 18h.

Este Gabinete tem como objectivos gerais:

- Proporcionar aos jovens um atendimento diferenciado, gratuito, confidencial e desburocratizado;
- Promover acções lúdicas e pedagógicas que facilitem a aquisição de competências;
- Desenvolver acções de prevenção;
- Fomentar e dinamizar a formação e investigação no âmbito da adolescência.

Apoio a Toxicodependentes, em Parceria

Reconhecendo que o problema das drogas e das toxicodependências se assume como uma das grandes preocupações da comunidade portuguesa e da comunidade internacional, e que a incidência deste problema se reflecte a nível municipal, a Autarquia tem vindo a intervir neste âmbito através da parceria e do envolvimento das diversas estruturas, públicas e privadas, cumprindo dois princípios fundamentais: da proximidade e da complementaridade.

Conscientes que a resolução da problemática da toxicodependência exige o envolvimento de todas as estruturas intervenientes no âmbito da saúde e acção social, passamos a referenciar algumas das entidades que têm como objectivo específico o tratamento e reinserção de toxicodependentes, no Concelho de Oeiras.

Instituto de Prevenção e Tratamento da Dependência Química e Comportamentos Compulsivos (IDEQ)

O IDEQ é uma **Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS)**, com sede em Oeiras e visa intervir junto da população toxicodependente, através do **Projecto APOIAR**.

Este projecto encontra-se em funcionamento desde 1997 e tem como objectivo facilitar o tratamento e reinserção de toxicodependentes e alcoólicos que se encontrem em situação sócio-económica mais desfavorecida, através da intervenção da equipa técnica no local onde os indivíduos se encontram. Esta intervenção estende-se ao apoio à família e grupo social do toxicodependente/alcoólico em articulação e coope-

ração com as diversas entidades que intervêm no âmbito da saúde e acção social.

O quadro técnico do IDEQ é constituído actualmente por **7 profissionais**:

- 2 administrativos;
- 3 psicólogos;
- 2 monitores com formação específica nesta matéria.

No ano 2003 recorreram a este serviço 63 novos casos, num total de 285 atendimentos a toxicodependentes e 143 a famílias/suporte social.

Apesar da maioria dos utentes não apresentarem residência fixa, pode-se constatar que Oeiras, Algés, Carnaxide e Linda-a-Velha, contribuem, actualmente, com o grande contingente de utentes desta instituição.

Grupos de Auto-Ajuda

Os grupos de auto-ajuda têm como objectivo ajudar a manter a abstinência do consumo de substâncias e promover a qualidade de vida, através de encontros de grupo que funcionam como suporte e referência.

Estes grupos são organizados e coordenados por voluntários que tendo estado em situação de dependência, conhecem o problema, assim como este modelo de intervenção.

Porque esta problemática afecta não só o consumidor como a família, existem, também, grupos de apoio à família.

Destacamos os seguintes **Grupos de Auto-Ajuda**, por se apresentarem como um recurso para os municípios de Oeiras:

- Associação Portuguesa de Narcóticos Anónimos;
- Famílias Anónimas;
- Alcoólicos Anónimos;
- AL-ANON “Famílias de Alcoólicos Anónimos”;

Não é possível indicar o número de utilizadores destes quatro serviços dado que se regem por uma filosofia de anonimato, não existindo registo de casos.

O Concelho de Oeiras conta, ainda, com uma valência que tem como objectivo específico o apoio à reinserção social, o “**Apartamento de Reinserção**”, situado em Laveiras-Caxias e que permite dar continuidade ao tratamento já efectuada na **Comunidade Terapêutica da Associação “Ares do Pinhal”**.

SAÚDE MENTAL

A assistência a nível oficial neste âmbito é da responsabilidade do **Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental (DPSM)** do Hospital de S. Francisco Xavier S.A (HSFX), diferenciada para adultos e crianças/adolescentes, bem como da **IPSS** articulada com aquela estrutura Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda e Oeiras – **ARIA**.

Hospital de S. Francisco Xavier - Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental

No contexto dos adultos como nas restantes áreas geodemográficas assistidas pelo DPSM verifica-se que:

- O ambulatório (Consultas Externas) desenvolve-se nas instalações dos Centros de Saúde de Oeiras e de Carnaxide (Extensão de Linda-a-Velha) e na Sede do Departamento, através respectivamente, das Equipas Comunitárias de Oeiras e de Carnaxide, integradas por Psicólogos, Assistentes Sociais e Enfermeiras;
- O internamento realiza-se em Lisboa, na sede do DPSM (Calçada da Tapada, 155);
- As situações urgentes são atendidas na sede do HSFX, 24h/dia;
- Alguma resposta em reabilitação psicossocial de pessoas com doença mental grave tem por base a **Unidade Sócio-Ocupacional “O Farol do Bugio”**, em Laveiras que funciona na dependência do HSFX.

O acesso às **Consultas Externas** processa-se em articulação com os **Clínicos Gerais/Médicos de Família dos Centros de Saúde**.

Pela exiguidade das instalações do **Centro de Saúde de Carnaxide**, a actividade respectiva da **Equipa Comunitária de Saúde Mental** decorre quer nas instalações da **Extensão de Saúde de Linda-a-Velha**, quer na sede do Departamento, bem como através de uma consulta de psicogeriatría, mensal, no **Centro de Dia de Algés**.

As consultas de Saúde Mental e de Saúde Mental Infantil são realizadas no **Centro de Saúde de Oeiras** por profissionais do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital S. Francisco Xavier (DPSM – HSFX).

A Equipa de **Saúde Mental Comunitária do DPSM – HSFX** presta assistência especializada a adultos na área da Saúde Mental no Centro de Saúde de Oeiras, realizando as consultas externas de psiquiatria e psicologia, intervenção social e de enfermagem, através de uma equipa multidisciplinar e em articulação com os cuidados primários de saúde e outras instituições e sectores da comunidade. Por sua vez as consultas de saúde mental Infantil são realizadas por profissionais do serviço de Psiquiatria da Infância e Adolescência daquele departamento.

As referências para estas consultas são efectuadas pelos médicos de família, urgência

do Hospital S. Francisco Xavier, internamento do Departamento de Psiquiatria do HSFX, delegado de saúde ou outras instituições mas tendo como base de referência e à semelhança das restantes especialidades médicas, os cuidados primários de saúde.

Actualmente (Abril 2004) a equipa de Saúde Mental de Oeiras dispõe de dois psiquiatras, dois internos de psiquiatria, dois psicólogos, um técnico superior de serviço social, uma enfermeira especializada em saúde mental e uma técnica administrativa.

Para além da actividade assistencial esta equipa de saúde mental participa na formação de internos de psiquiatria e de medicina familiar, estagiárias de psicologia, de serviço social e de psicopedagogia e de estudantes de medicina da Faculdade de Ciências Médicas de Lisboa.

Algumas formas de doença mental grave levam ao isolamento e a dificuldades de relacionamento interpessoal. Para atenuar tais efeitos, promove-se a interacção dessas pessoas em programas e estruturas de reabilitação psicossocial, a par de medicação adequada. Têm essa função duas estruturas localizadas no Concelho de Oeiras:

A **Unidade Sócio-Ocupacional “O Farol do Bugio”**, localizada em instalações cedidas pela Câmara Municipal de Oeiras, em Laveiras, conta com a prestação de uma Psicóloga Clínica e de uma Psicopedagoga, e tem capacidade para 12 utentes.

Nesta Unidade de Internamento Parcial desenvolvem-se diversos tipos de programas de Reabilitação Psicossocial. O Farol do Bugio é um local de Encontro, Suporte, Aprendizagem e Responsabilização, Desempenho, Estimulação Cognitiva e Autonomia. Fazem-se diversos treinos de competências: pessoais, sociais, criativas e psicomotoras.

Como a problemática da Saúde Mental não envolve só o indivíduo mas sim toda a família, também se dá apoio às famílias quer individualmente quer em grupo. O Farol do Bugio tem por objectivo re-integrar o indivíduo na sua comunidade.

ARIA – Associação de Reabilitação e Integração da Ajuda e Oeiras

A **ARIA** é uma Organização não Governamental (ONG) de tipo IPSS (Instituição Privada de Solidariedade Social) vocacionada para a reabilitação e integração de pessoas com problemas de saúde mental e em desvantagem psicossocial.

Possui diversas valências que se conjugam entre si e se complementam, nomeadamente: Fóruns Sócio-Ocupacionais (3), Formação Profissional (Jardinagem, Restauração e Informática) e Apoio Residencial (Residência Protegida, Autónoma e Unidade de Vida Apoiada).

O **Fórum Sócio-Ocupacional de Oeiras** é uma valência que tem como objectivo principal dotar a população alvo de competências fundamentais à sua reabilitação e inserção socioprofissional. Desenvolve actividades que promovem a autonomia, o relacionamento interpessoal, a saúde mental, a qualidade de vida

e as potencialidades de cada um. O programa abrange diversas áreas e é estruturado segundo as necessidades do grupo.

A realização destas actividades é da responsabilidade de uma psicóloga clínica (com funções de coordenação), um psicopedagogo, uma animadora sócio-cultural e três professores destacados pela DREL – Ensino Recorrente de Oeiras.

Desde a sua entrada em funcionamento, em Janeiro de 2001, o número de utentes tem vindo a aumentar progressivamente, tendo actualmente capacidade para receber 30 pessoas.

POSTOS MÉDICOS E DE ENFERMAGEM

A par dos equipamentos de saúde convencionais, existem no Concelho de Oeiras outros equipamentos complementares, ligados a entidades de carácter solidário, designadamente os **Bombeiros Voluntários** e as **Instituições Particulares de Solidariedade Social**, e que prestam serviços de enfermagem e de medicina.

Postos Médicos

As Corporações de Bombeiros com Posto Médico são duas: em **Paço de Arcos** onde também se prestam, em ambos os casos, cuidados de enfermagem e onde também, é possível alugar material ortopédico; e **Oeiras**. Estes Postos Médicos estão abertos ao público em geral e associados.

Posto Médico de Paço de Arcos: Especialidades e Recursos Humanos

ESPECIALIDADES	Consultas*
Clínica Geral	1 321
Cirurgia	4
Dermatologia	91
Endocrinologia	103
Ginecologia	228
Ortopedia	164
Neurologia	68
Urologia	38
Total	2 017

RECURSOS HUMANOS	Total
Méd. de Clínica Geral	2
Outros Médicos	9
Enfermeiros	2
Administrativos	1
Empregada de Limpeza	1
Total	15

* Além das consultas, prestou 10.255 serviços de enfermagem e 112 de aluguer de material ortopédico

Posto Médico de Oeiras: Especialidades e Recursos Humanos

ESPECIALIDADES	Consultas
Clínica Geral	59
Ginecologia	150
Ortopedia	124
Otorrinolaringologia	104
Psicologia	51
Alergologia	102
Cardiologia	109
Osteopatia/Fisioterapia	100 (Out.-Dez)
Total	799

RECURSOS HUMANOS	Total
Médicos de Clínica Geral	1
Outros Médicos	8
Enfermeiros	0
Administrativos	1
Rececionista	1
Total	11

O Posto Médico e de Enfermagem de **Paço de Arcos** passou também a disponibilizar consultas de Psicologia, de Otorrino e de Neurologia. Dão resposta a uma média mensal de 700 utentes. Acrescente-se, ainda, que dispõem de uma Caravana tendo iniciado (Março 2004) junto da população rastreios ao Colesterol, Pressão Arterial e de Glicémia.

Por sua vez o Posto Médico dos Bombeiros Voluntários de **Oeiras** passou a ter consultas de Acupuntura e Avaliação Psicológica e Psicoterapia de Apoio. Número médio mensal de utentes 50.

Os Bombeiros Voluntários de **Carnaxide** têm um Posto Móvel de Enfermagem deslocando-se a vários postos da freguesia, onde os utentes podem avaliar a sua tensão arterial, fazer testes de Glicemia e pequenos curativos.

Postos de Enfermagem da Freguesia de Barcarena

A Junta de Freguesia de **Barcarena** tem a funcionar **2 Postos de Enfermagem**, um em **Queluz de Baixo** e outro em **Tercena**. Destinam-se a residentes recenseados na Junta de Freguesia. No ano 2000, deram resposta a **1.480 utentes**, cuja maioria, 68%, com mais de 60 anos de idade:

Idade	H	M	Total
0 - 14	-	-	-
15 - 29	30	22	52
30 - 44	35	30	65
45 - 59	200	150	350
60 - 74	500	513	1 013
> 75	-	-	-
Total	765	715	1 480

O **Posto de Enfermagem de Queluz de Baixo** funciona das 19 às 21 horas nos dias úteis e encontra-se a cargo de um enfermeiro. Contrariamente ao Posto de Enfermagem de Queluz e Baixo, o **Posto de Tercena** não funciona com horário definido: o enfermeiro responsável pelo serviço prestado vai definindo o mesmo conforme a sua disponibilidade.

Em 2000, no posto de enfermagem de **Tercena**, foram prestados os seguintes serviços:

Injecções – 563;
Pensos – 267;
B.M. Teste – 44;
Tensão Arterial – 1 652.

POSTOS DE ENFERMAGEM DAS IPSS

As Instituições Particulares de Solidariedade Social, **IPSS**, com Postos de Enfermagem a funcionar no concelho são: o **Centro de Assistência Infantil N^a Sra. das Dores**, na freguesia de Caxias, e a **Obra Social Madre Maria Clara**, em Linda-a-Pastora na freguesia de Linda-a-Velha.

Contando com o trabalho voluntário de 2 enfermeiras, estes Postos prestam serviços de enfermagem e apoio domiciliário de forma gratuita e destinam-se ao público em geral. Durante o ano de 2000, os dois postos de enfermagem atenderam **86** utentes, maioritariamente mulheres:

Idade	H	M	Total
0 - 14	4	4	8
15 - 29	6	8	14
30 - 44	4	11	15
45 - 59	8	12	20
60 - 74	5	11	16
> 75	5	8	13
Total	32	54	86

Em 2002, a **Obra Social Madre Maria Clara**, prestou os seguintes serviços:

Injecções - 270;
Pensos - 250;
Tensão Arterial - 675;
Domicílios - 370;
Vacinas – 34.

2.2 - Serviço Privado de Saúde

Ao nível do equipamento privado de saúde tem-se registado um apreciável aumento do número de unidades, acompanhando e integrando o processo de desenvolvimento do concelho de Oeiras, bem como o processo de crescente qualificação que faz aumentar a procura deste tipo de serviços.

2.2.1 - Casa de Saúde de Carnaxide

A Casa de Saúde de Carnaxide é um estabelecimento de saúde especializado na área de psiquiatria com uma capacidade de internamento para 428 utentes¹².

Os profissionais ao serviço neste estabelecimento de saúde distribuem-se pelos seguintes grupos:

GRUPOS PROFISSIONAIS	
Dirigentes	3
Médicos	2
Enfermagem	13
Técnicos de Diagnóstico e terapêutica	1
Administrativos	3
Auxiliares	32
Outros	17
Total	72

Em 2003 estiveram internados 51 utentes, residentes no concelho de Oeiras:

FREGUESIA	TOTAL
Algés	9
Barcarena	0
Carnaxide	9
Caxias	2
Cruz Quebrada	2
Linda-a-Velha	7
Oeiras S. J. da Barra	17
Paço de Arcos	2
Porto Salvo	1
Queijas	2

GRUPOS ETÁRIOS	TOTAL
0 – 14	0
15 – 29	4
30 – 44	15
45 – 59	25
60 – 74	3
> 75	4
TOTAL	51

⁽¹²⁾ Nas Estatísticas de Saúde do INE (Instituto Nacional de Estatística) são referenciados três hospitais: o Hospital de Santa Cruz, hospital Oficial Público (SNS) especializado, o Hospital São João de Deus, hospital Oficial Não Público, prisional, e finalmente a Casa de Saúde de Carnaxide como hospital Particular com fins lucrativos.

A **Casa de Saúde de Carnaxide** encontra-se adaptada a pessoas com mobilidade condicionada, tendo sido realizadas, recentemente, obras de beneficiação no edifício principal e de remodelação e ampliação de um espaço que estava desocupado. Segundo os seus responsáveis este estabelecimento de saúde não se encontra bem servido de transportes.

Pertencente ao mesmo grupo económico registe-se ainda o **Centro Oncológico Dra Natália Chaves**, em Carnaxide. Trata-se de uma Unidade de Oncologia Médica, assumindo-se como uma Unidade de Tratamento em Radioterapia Externa, e de Quimioterapia. Conta também com um Hospital de Dia para quimioterapia com 8 postos individuais.

2.2.2 - Clínicas e Consultórios

Tratando-se de estabelecimentos de saúde privados, obedecem a um padrão de localização diferente da rede pública de saúde. No ano 2003, registaram-se **248** unidades distribuídas em diversos agrupamentos funcionais na área da saúde, dos quais 3 se evidenciam como os mais representativos (Anexo 2)¹³: as **Clínicas Médicas**, as **Clínicas Dentárias** e os **Laboratórios de Análises Clínicas**. As freguesias de **Oeiras**, **Algés** e de **Linda-a-velha** apresentam os valores mais elevados de estabelecimentos privados de saúde, podendo-se constatar:

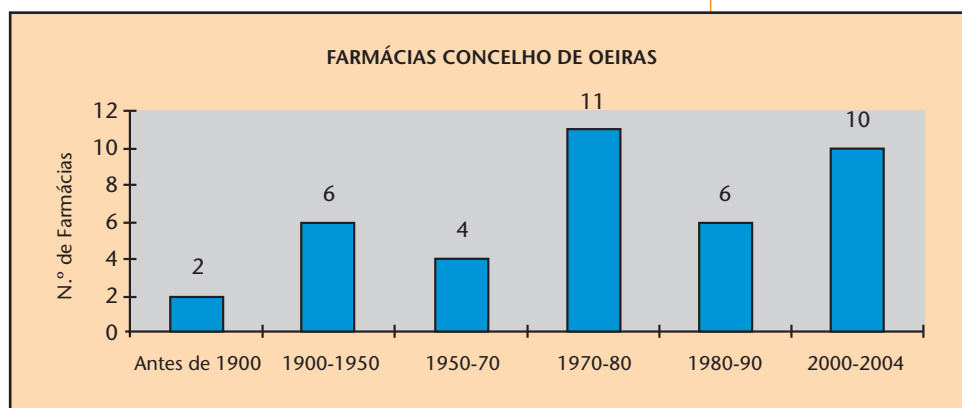
- Em todas as freguesias do concelho foi referenciado equipamento privado de saúde;
- São as freguesias mais populosas a disponibilizar mais serviços de saúde privados, por exemplo, Oeiras e Algés destacam-se quanto ao número de consultórios médicos;
- Oeiras destaca-se como sendo a freguesia com maior número de laboratórios de análises clínicas.

2.2.3 - Rede de Farmácias

As alterações da legislação que rege a abertura de farmácias, e que se traduziram na diminuição do valor da capitação (de 6.000 para 4.000 hab./farmácia), e a criação de um quadro legal que permitiu a transferência de farmácias do concelho de Lisboa para concelhos limítrofes, possibilitaram a viabilidade de abertura de novas farmácias no concelho de Oeiras, que conta actualmente (**Abril de 2004**) com 39 farmácias.

⁽¹³⁾ O número de médicos a exercer actividade privada no concelho de Oeiras será bastante superior ao que uma leitura directa do quadro poderá induzir, uma vez que nas clínicas médicas e dentárias, laboratórios, policlínicas, exercem actividade mais do que um médico. Recorde-se que nas estatísticas oficiais – Estatísticas de Saúde do INE - o número de médicos reporta-se ao seu local de residência e não ao local onde exercem actividade. O mesmo critério é adoptado pela Ordem dos Médicos.

Com efeito, depois de quase uma década sem se ter registado a **abertura de novas farmácias** no ano 2000, verificou-se a abertura de 2 novas farmácias, 1 na freguesia de **Barcarena** e 1 na freguesia de **Porto Salvo**; em 2001, abriu mais 1 nova farmácia em **Linda a Velha**, no **Alto de Santa Catarina**; em Março de 2002 abriu outra em **Carnaxide**, **Alto dos Barronhos**; em 2003 abriram 3 novas farmácias: 2 em **Paço de Arcos**, mais precisamente no Alto da Loba e no Oeiras Parque, e uma em Oeiras, Alto da Barra. Em Abril de 2004 abriram mais 2 farmácias, 1 em **Tercena**, freguesia de Barcarena, e 1 na freguesia de **Caxias, Laveiras**, ambas resultantes de processos de transferência. Em processo de concurso, encontra-se 1 farmácia para a freguesia de Linda-a-Velha.



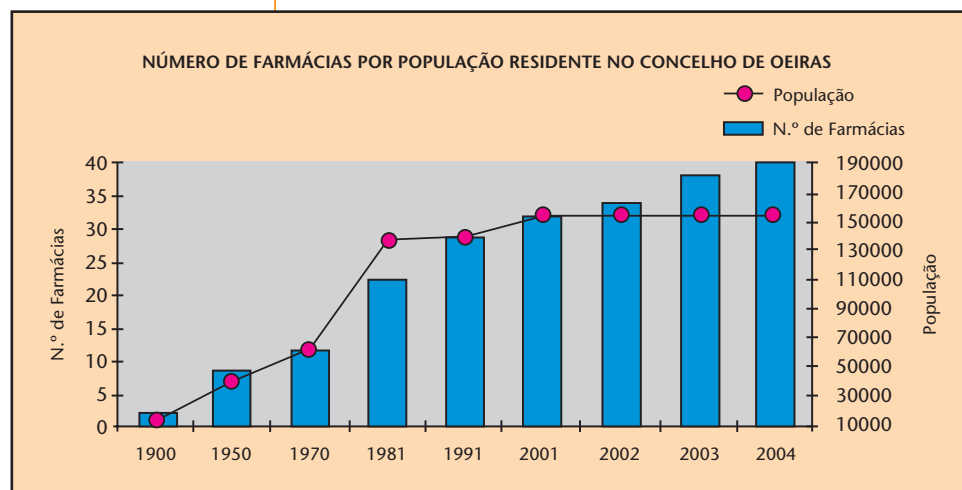
Segundo dados do INFARMED, referidos no **Programa FARMA 2001 - Plano Nacional de Abertura de Novas Farmácias**, a capitação real média em Portugal, não considerando os postos farmacêuticos, é de **4.043 hab./farmácia**, no concelho de Lisboa é de **2.073 hab./farmácia**, e no concelho de Oeiras este valor era de **5.146 hab./farmácia** (calculado através de n.º de eleitores de 2000 x 1,2/32 farmácias), o que é ligeiramente superior à média nacional e bastante mais elevado que o valor de Lisboa. A abertura recente de novas farmácias alterou aquele valor para **4.146 hab./farmácia** (n.º de eleitores 2003 x 1,2/39 farmácias).

FREGUESIA	ELEITORES* 2003	ELEITORES* X 1,2	FARMÁCIAS EM ABRIL 2004	PROPOSTA 4.000 HAB/ FARMÁCIA	FARMÁCIAS EM CONCURSO	FARMÁCIAS TOTAL FARMA 2001
Algés	18553	22263	7	-	-	7
Barcarena	9447	11336	3	-	-	3
Carnaxide	15710	18852	3	-	-	3
Caxias	6160	7392	2	-	-	2
C. Quebrada	5925	7110	2	-	-	2
Linda a Velha	18568	22281	4	1	1	5
Oeiras	30198	36237	9	-	-	9
Paço d' Arcos	12726	15271	5	-	-	5
Porto Salvo	9516	11419	2	1 (**)	-	3
Queijas	7957	9548	2	-	-	2
Total	134760	161712	39	2	1	41

(*) Eleitores, Fonte STAPE, Dez. 2003

(**) Proposta no INFARMED a aguardar a abertura de concurso

Se se relacionar o número total de farmácias com o valor de população residente, verifica-se que o crescimento demográfico do concelho nem sempre foi acompanhado pelo conseqüente redimensionamento da rede de farmácias por forma a garantir um adequado acesso a pessoas necessitando assistência medicamentosa, mantendo-se determinadas áreas residenciais sem qualquer unidade farmacêutica.



Reconhecendo que a venda de medicamentos é de interesse público, a actividade das farmácias, ainda que se mova na esfera da iniciativa privada e sujeita a regulamentação especial, deve accionar os condicionalismos da legislação em vigor, no sentido de garantir uma rede equilibrada deste tipo equipamento e respectivo serviço.

3 - Saúde e Qualidade de Vida em Oeiras

3.1 - A Autarquia e a Política de Saúde

Nos termos do nº2 do Artigo 235º da Constituição, as “**Autarquias Locais são pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas**”.

No que concerne às preocupações específicas das populações de uma Autarquia inclui-se, sem dúvida, em primeiro lugar a **Saúde**, como uma das preocupações mais fortes e que, deve-se acentuar, transcende a escala local uma vez que faz parte dos direitos consagrados a nível global na Carta dos Direitos do Homem.

Assim, a **Lei de Bases da Saúde**¹⁴, refere que as Autarquias Locais devem participar nas acções comuns a favor da saúde colectiva e saúde dos indivíduos, devendo ter uma intervenção importante na definição das linhas de actuação em que estejam directamente interessadas, contribuindo para a sua efectivação.

Face à tendência crescente de transferência de atribuições e competências para as Autarquias Locais¹⁵, e no sentido de promover a eficácia da gestão pública, a **Saúde** surge como um dos domínios importantes de actuação das Autarquias Locais, designadamente nos seguintes aspectos:

Ainda em 1999, são criados os **Sistemas Locais de Saúde, SLS**¹⁶, com o objectivo de flexibilizar a articulação entre hospitais, centros de saúde e outras insti-



Passeio Marítimo
Foto: GC/CMO

- * Participação no **planeamento da Rede de Equipamentos de Saúde** do concelho;
- * **Cedência dos terrenos** necessários à instalação dos **Centros de Saúde**;
- * Participação em programas e projectos de **protecção e promoção da Saúde**;
- * Participação nos **órgãos consultivos de acompanhamento e avaliação do Serviço Nacional de Saúde**;
- * Participação no **Plano de Comunicação e de Informação do Cidadão** e nas **agências de contratualização dos Serviços de Saúde**;
- * Articulação com a **Prestação de Cuidados de Saúde Continuados** no quadro do **Apoio Social à Dependência**, em parceria com a administração central e outras instituições locais;
- * Cooperação no sentido da **compatibilização da Saúde Pública com o planeamento estratégico de desenvolvimento concelhio**.

⁽¹⁴⁾ Lei nº 48/90 de 24 de Agosto.

⁽¹⁵⁾ Lei nº 159/99 de 14 de Setembro.

tuições de saúde da mesma área geográfica, com vista a garantir uma maior partilha de recursos e a majoração da disponibilidade de oferta de serviços. Uma vez que as Autarquias Locais desenvolvem actividades na área da saúde, reconhece-se a importância da sua participação nos SLS, tendo em vista uma maior acessibilidade à prestação de cuidados de saúde e a garantia da sua efectiva continuidade técnica e social.

Assim, o Poder Local, pese embora os desfasamentos entre acrescentamento de competências e reforço de financiamento, tem sido chamado a assumir responsabilidades acrescidas na área da **Promoção da Saúde**, sendo claras as potencialidades de uma intervenção mais eficaz porque mais próxima do cidadão. De facto esta proximidade favorece, tanto o conhecimento privilegiado da realidade local e até do *indivíduo*, como dos factores de risco com repercussão ao nível da vida da *comunidade*, e, por outro, a capacidade de agir de forma imediata e concreta.

O Plano Nacional de Saúde – Prioridades para 2004-2010, do Ministério da Saúde, estabelece que “ o reforço do papel que os Municípios podem desempenhar na promoção da saúde das suas populações e a sua natural vocação para mobilizar as energias e as vontades locais na construção de um ambiente urbano saudável e solidário, deve constituir uma aposta na articulação entre a administração central e as autoridades locais”¹⁷

Neste quadro são reforçadas as acções com afinidades com outras áreas que directamente interessam ao bem estar dos indivíduos e comunidades, como são as de âmbito social, das quais se destacam:

- ***Avaliação conjunta de necessidades em cuidados de saúde;***
- ***Apoio ao idoso e doentes dependentes;***
- ***Alargamento da rede de apoio domiciliário;***
- ***Apoio ao desenvolvimento do voluntariado.***

É na área de ***intervenção preventiva***, no entanto, que se pode desenhar a primeira vocação dos Municípios em matéria de Saúde, através da criação e dinamização de estratégias dirigidas à diminuição do impacte dos factores de risco e da promoção do bem-estar social das comunidades concelhias. De certo modo foi ultrapassada a fase em que a intervenção das Autarquias se limitava à cedência de espaços para a instalação das Unidades de Saúde ou para a organização de serviços.

Hoje, começam a emergir oportunidades para desenvolvimento de um conjunto de programas que visam a *elevação do nível da saúde em geral* e a melhoria do *bem estar dos indivíduos* que vivem e trabalham num determinado território, assim como a garantia da *acessibilidade acrescida aos serviços de saúde* e da *qualidade na prestação desses mesmos serviços*. Trata-se de assumir que a criação de *ambientes mais saudáveis e seguros* - espaço urbano, escola, trabalho, espaço de

⁽¹⁶⁾ Decreto Lei nº 156/99 de 10 de Maio.

⁽¹⁷⁾ Plano Nacional de Saúde - Prioridades 2004 - 2010, página 4

lazer - é uma componente particularmente importante na promoção e na protecção da Saúde.

A formação de *gerações mais saudáveis* é assim um imperativo para os diversos níveis de poder, mas que verdadeiramente só pode ser alcançado através do envolvimento dos próprios indivíduos, no quadro de um processo de consciencialização crescente dos direitos que a cidadania confere a todos e a cada um.

Com base nestes pressupostos e antecipando os desafios que a intervenção na área da Saúde Pública coloca e colocará nos anos vindouros, a Câmara Municipal de Oeiras, em particular, investiu nos últimos anos em diversos sectores que garantem a melhoria das envolventes da Saúde Pública, ou seja, a (re)qualificação dos espaços urbanos, a criação e qualificação de equipamentos sociais, de ensino e desporto, a expansão das redes de saneamento e de abastecimento de água e a limpeza e ordenamento do espaço público.

Desses investimentos resultou a melhoria das condições de habitabilidade e vivência urbana dos munícipes de Oeiras, que foi acompanhada, nos últimos anos, por um conjunto de acções de promoção da Saúde, obedecendo a uma linha de actuação concertada que se desenvolve em torno da necessidade de prevenir e de responder às necessidades dos residentes e dos utilizadores do território concelhio. Para tanto, a **Política de Saúde da Câmara Municipal de Oeiras** reconhece:

- A existência no concelho de *grupos de indivíduos* que, dadas as suas características ou circunstâncias/trajectórias de vida, *requerem atenção especial* do sistema de prestação de cuidados de Saúde; contam-se entre estes os toxicodependentes, os portadores de doença psiquiátrica grave, os deficientes motores, os deficientes mentais, os refugiados, os imigrantes, os sem abrigo e os portadores de doenças infecto-contagiosas como os seropositivos e doentes de SIDA;
- A necessidade de *cuidados especiais de Saúde para situações específicas* mas não de risco imediato, como as que decorrem dos hábitos alimentares pouco saudáveis e do sedentarismo;
- A probabilidade de ocorrência de *situações de emergência e/ou catástrofe* que podem afectar a generalidade da população, como é o caso de ocorrências ligadas a desastres originados pela actividade humana ou de episódios naturais de especial violência, como tempestades.

Esse reconhecimento obriga a Câmara Municipal de Oeiras à promoção de **acções**:

- De **carácter permanente**, como as que focam o trabalho junto dos **grupos mais vulneráveis**, que são indispensáveis na promoção da Saúde, e que são fruto da **gestão directa de iniciativas** ou de **parcerias com entidades locais**;
- De **carácter periódico**, como as que se prendem com a **realização de eventos** dedicados a temas cuja discussão ou demonstração transmite conhecimentos que permitem moldar ou introduzir **práticas de vida mais equilibradas**;
- De **carácter episódico**, embora com preparação continuada, que permitem **responder a situações também episódicas** mas fortemente **perturbadoras da vida humana**.

Neste quadro, a prática da Autarquia consubstancia-se na identificação e tentativa de resolução de situações problemáticas, no desenvolvimento de iniciativas locais e na adesão a **programas** desenvolvidos a nível nacional e transnacional que se traduzem nas seguintes **linhas de orientação**:

- **Incentivo do intercâmbio de experiências na área da promoção da Saúde**, visando o maior acesso dos municípios a respostas e a programas específicos já em desenvolvimento;
- **Promoção dos processos de comunicação e de divulgação sobre a prevenção dos problemas de Saúde**;
- **Mobilização da comunidade** para a necessidade do envolvimento e empenho nas diferentes áreas que dizem respeito à **promoção da Saúde**.

3.2 - Promoção da Saúde ao Nível Local

Nos últimos anos a CMO tem atendido a queixas e reclamações apresentadas por municípios e outras entidades concelhias, como as Juntas da Freguesia, relativas às diferentes situações deficitárias em matéria de Saúde, as quais são maioritariamente encaminhadas para os Serviços respectivos.

De qualquer modo, a CMO tem desenvolvido um vasto leque de acções no sentido de minorar os efeitos, para os municípios, dessas situações deficitárias, por um lado, e, por outro, de promover as condições de saúde a nível local. Essas acções distribuem-se, basicamente, entre as que visam **melhorar a rede de equipamentos** e as que **qualificam a envolvente aos serviços de Saúde**.

MELHORIA DAS REDES DE EQUIPAMENTOS

Este é um dos objectivos básicos da promoção da Saúde a nível local, nem sempre cabalmente alcançado, uma vez que depende principalmente da acção da Administração Central, como tem vindo a ser referido no texto desta Carta de Saúde.

Em 2001 foi possível desbloquear a situação que durante mais de 10 anos contribuiu para alguma crispação entre a CMO e o Ministério da Saúde. De facto, como adiante será especificado, foram accionados os instrumentos, aliás já previstos na legislação respectiva, para a celebração de Protocolos e Contratos-Programa, que permitem a reformulação da rede de unidades de saúde.

Planeamento da Rede de Equipamento de Saúde e Instalação de Novas Unidades

No sentido de reforçar o conhecimento da situação da Saúde no concelho, a Câmara lançou, em 1999, um **Inquérito de Caracterização e Opinião** junto das Direcções dos Centros de Saúde e do Conselho de Administração do Hospital S. Francisco Xavier, que visava obter dados que permitissem caracterizar o funcionamento desses equipamentos e avaliar a sua adequação para responder às necessidades de cuidados de saúde da população.

Ainda que os resultados deste Inquérito já tenham sido mencionados anteriormente no presente texto, tendo servido como uma das fontes de informação desta Carta, nunca será demais mencionar que, pese embora a renovada predisposição do Ministério da Saúde para a implementação efectiva da melhoria da rede de unidades de saúde, aliás contida na lei desde, pelo menos, 1993, assistimos durante demasiado tempo à degradação das condições dos equipamentos e da qualidade envolvente à prestação de cuidados de saúde, principalmente nas Freguesias de Paço de Arcos, Barcarena e Algés.

Ao abrigo do Estatuto do Serviço Nacional de Saúde¹⁸ foram criadas as Administrações Regionais de Saúde, ARS, que asseguram as verbas necessárias ao funcionamento dos Centros de Saúde que delas dependem orgânica e funcionalmente. Compete, assim, às ARS¹⁹ celebrar Contratos-Programa com as autarquias locais, misericórdias e outras instituições de solidariedade social, no sentido de recuperar e gerir instituições e serviços prestadores de cuidados de saúde.

Apesar desta legislação estar aprovada desde 1993, só em Novembro de 2001 foram celebrados os Contratos-Programa entre a CMO e a ARS de Lisboa e Vale do Tejo, com o objectivo de cooperação técnica e financeira para a construção de edifícios destinados à instalação das Extensões de Saúde de Algés, Barcarena e Paço de Arcos, para os quais a autarquia, já há muito, havia disponibilizado os terrenos necessários.

No que se refere à Extensão do Dafundo, a CMO cedeu o antigo edifício dos Bombeiros Voluntários do Dafundo para a futura Unidade de Saúde, cuja adaptação é da responsabilidade da ARS, e foi iniciada em Setembro de 2004. Entretanto, como já referido, a Escola Básica do Dafundo foi temporariamente adaptada para Extensão de Saúde.



Oeiras

Foto: GC/CMO

⁽¹⁸⁾ Aprovado pelo Decreto-Lei nº 11 /93 de 15 de Janeiro

⁽¹⁹⁾ Decreto-Lei nº335/93 de 29 de Setembro, artigo 6º, nº1, alínea n)

No início de 2004, também foi desbloqueado o processo relativo à nova Extensão de Paço de Arcos, tendo-se aprovado o processo de abertura de concurso público. Desta forma poder-se-á responder finalmente aos esforços continuados desta autarquia, ao longo de 10 anos, no sentido de assegurar eficazmente os cuidados de saúde requeridos pela população residente no concelho.

Ainda no âmbito dos esforços desenvolvidos pela Câmara de Oeiras, no sentido, de melhorar as condições de acesso da população aos cuidados de Saúde, foi proposto que os moradores na freguesia de Barcarena, aglomerados de Queluz de Baixo, Valejas, Tercena, Leceia e Barcarena fossem abrangidos, por questões de proximidade e de envelhecimento mais acentuado, pelo serviço do Hospital Fernando da Fonseca (Amadora - Sintra). Esta pretensão não obteve resposta.

Alargamento da Rede de Farmácias Existentes no Concelho

No que respeita à instalação de novas Farmácias, bem como à sua transferência e sem prejuízo das melhorias introduzidas pela nova legislação, continua a reservar-se às Autarquias um papel meramente consultivo, quando a sua posição deveria ser determinante, uma vez que são as Câmaras Municipais, com intervenção ao nível do planeamento e do ordenamento do território, que melhor conhecem os locais onde escasseiam os serviços farmacêuticos, podendo assim precisar os locais preferenciais de localização.

Na prática foram realizadas reuniões frequentes com a **Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (A.R.S.L.V.T.)** onde foram analisados todos os processos referentes à instalação de farmácias: actualmente, Abril 2004, já estão instaladas 39 farmácias, encontrando-se mais 1 em processo de concurso para a freguesia de Linda-a-Velha e outra a aguardar abertura de concurso, no **INFARMED**, o que significa que está praticamente cumprido a programação **FARMA 2001** para o concelho de Oeiras.

QUALIFICAÇÃO DA SAÚDE

Com vista à qualificação da Saúde em geral tem sido desenvolvidas diversas iniciativas, preferencialmente em parceria com outras entidades, por forma a assegurar a concretização dos objectivos definidos.

Comissão Municipal de Saúde

Esta Comissão, de cariz consultivo, é presidida pela Câmara Municipal de Oeiras, e constituída por representantes de Organismos e de Associações Locais num total de 46²⁰, com vista à resolução de questões no âmbito da Saúde que se colocam ao nível concelhio. Assim, desde 1989, a Comissão tem como objectivos principais:

⁽²⁰⁾ Em Anexo encontra-se a listagem de todas as Entidades representadas na Comissão Municipal de Saúde.

- **Contribuir para a definição de uma Política de Saúde municipal;**
- **Servir como órgão consultivo para as actividades de Saúde no município;**
- **Organizar informação sobre necessidades e recursos concelhios em matéria de saúde, em função da informação disponibilizada por cada um dos seus membros;**
- **Promover informação sobre os projectos promovidos pelas várias entidades representadas na Comissão;**
- **Recomendar a promoção de iniciativas a integrar no Plano de Actividades do Município;**
- **Dar parecer sobre novos equipamentos de saúde.**

Projecto “Cidades Saudáveis”

O Projecto “**Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis**”, enquadra-se no Movimento das Cidades Saudáveis promovido pela **Organização Mundial de Saúde**, e congrega um conjunto de **Municípios** unidos pela vontade de promover a saúde e a qualidade de vida das comunidades que representam. O grande objectivo radica na sensibilização das **Autoridades Locais** para o seu papel dinamizador no processo de constituição de um ambiente urbano saudável e equilibrado.

A Rede Portuguesa das Cidades Saudáveis foi constituída em 1997 em Viana do Castelo, integrando actualmente os Municípios da Amadora, Loures, Montijo, Odivelas, **Oeiras**, Seixal, Viana do Castelo, Bragança, Lisboa, Palmela, Setúbal, Resende e Torres Vedras.

No âmbito deste projecto destacam-se as seguintes iniciativas:

- Divulgação do **Projecto da Rede Portuguesa de Cidades Saudáveis**, apoiando a adesão de novos Municípios;
- Um **Web Site**, relativo ao que se faz nos Municípios;
- Aprofundar o relacionamento com a **Direcção Geral de Saúde** e com outros organismos da **Administração Central**;
- Representar e apresentar a Rede junto da **Área Metropolitana de Lisboa** e da **Associação de Municípios Portugueses**;
- Edição e tradução de materiais na área da **promoção da saúde**;
- Divulgação e lançamento de prémios para o melhor trabalho científico e jornalístico na área da **saúde urbana**;
- Comemoração da **Semana da Rede de Cidades Saudáveis**, através do desenvolvimento de actividades descentralizadas ao nível dos diversos **Municípios da Rede Portuguesa**;
- Edição do “**Boletim Notícias da Rede**”;
- Desenvolvimento da Grelha relativa aos indicadores das “**Cidades Saudáveis**”;
- Planificação do **Plano de Formação** para os Técnicos da Rede.

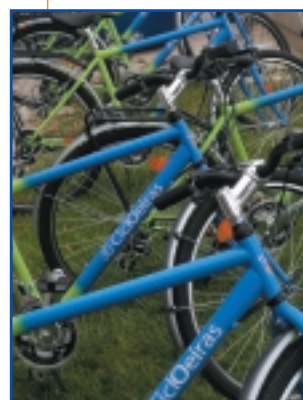


Foto: GC/CMO

Programa “Oeiras, Município Acessível”

O Programa “Oeiras, Município Acessível”, implementado em 1999 e reactivado em 2003, encontra-se inserido numa política de **acessibilidade para todos**, procurando fornecer resposta por parte da Câmara Municipal de Oeiras relativamente ao problema da acessibilidade e mobilidade. Este programa resulta não só da imposição legislativa no que toca à adaptabilidade do espaço físico (Decreto-Lei nº 123/97, de 22 de Maio), mas também dos pedidos feitos à Autarquia neste âmbito e, principalmente, do compromisso ético e social para com os munícipes do Concelho de Oeiras.

Formado por um amplo Grupo de Trabalho, com elementos pertencentes a diferentes unidades orgânicas da Autarquia, coordenado pela Divisão de Assuntos Sociais, o Programa “Oeiras, Município Acessível” aposta em actividades que procuram, de forma interdisciplinar e abrangente, concretizar as linhas estratégicas definidas para o Município em matéria de acessibilidades, contribuindo para a melhoria das condições de vida dos munícipes com mobilidade condicionada.

Destaque-se, contudo, o facto da intervenção do Programa “Oeiras, Município Acessível” ir muito além da questão das acessibilidades e mobilidade física ou motora. Todos os cidadãos, em particular aqueles que são portadores de alguma deficiência, têm direito a aceder à informação, cultura, educação, entretenimento, entre outros recursos.

Estes objectivos deram corpo a uma **Política Municipal de Acessibilidade** traduzida em:

- **Eliminação de barreiras arquitectónicas** que impedem ou inibem o acesso a espaços de natureza diversa a pessoas com mobilidade reduzida, reforçando o cumprimento da Legislação em vigor;
- **Ajudas técnicas** a Pessoas com Mobilidade Condicionada que se traduz na atribuição de ajudas na aquisição de equipamento técnico adaptado (cadeiras de rodas, plataformas elevatórias, entre outros);
- **Acções de Sensibilização e de Formação** destinadas a técnicos da Autarquia (nomeadamente aqueles mais ligados às áreas do planeamento, licenciamento e fiscalização de obras), das Empresas de Construção e público em geral, para a temática das Acessibilidades.
- **Igualdade no acesso ao emprego** em que a Autarquia se comprometerá e oferecerá como modelo de boas práticas, de que é exemplo a criação de um Enclave de Emprego Protegido em parceria com o Instituto de Emprego e formação Profissional, entre outras medidas previstas na área do mercado social de emprego e a contemplar no Programa “Oeiras Solidária”.

Programa “Educação Alimentar”

Programa desenvolvido a partir de 1991, tem como objectivo principal motivar para a adopção de práticas alimentares saudáveis, com vista a uma melhoria da qualidade de vida.

Encontros anuais sobre os temas:

- *A Alimentação e a Qualidade de Vida (1995); • Higiene e Qualidade Alimentar (1996); • Gestão Alimentar e Consumo (1997); • A Alimentação e a Obesidade (1998); • Vida Activa, Alimentação Saudável e Gestão do Stress (1999); • A Alimentação e a Cultura (2000); • Comportamentos Alimentares na Adolescência (2001); • A Cidade e os Comeres (2002); • A Alimentação e a Arte (2003); • A Alimentação e a Família (2004).*

- *“Programa Peso” – desenvolvido em parceria com o laboratório de Exercício e Saúde da Faculdade de Motricidade Humana, na área da promoção da actividade física e hábitos alimentares saudáveis, com particular incidência na prevenção e tratamento da obesidade;*

Programa “Melhor Exercício, Mais Saúde”

Programa de promoção do exercício físico, com o objectivo de desencadear um processo de mudança nos hábitos dos munícipes, com vista a uma melhoria da qualidade de vida.



Foto: GC/CMO

De acordo com estes objectivos as estratégias de intervenção são:

- *Intervir junto da população idosa através da Acção “Actividade Física 50+”;*
- *Mobilizar Instituições e preparar Profissionais de Saúde para um efectivo aconselhamento sobre a Actividade Física;*
- *Mobilizar clubes desportivos, health clubs, centros de dia, empresas e outras organizações para uma mais ampla prática da Actividade Física;*
- *Dotar as escolas do Concelho com um instrumento de avaliação da aptidão física;*

Projecto “Cuidados Continuados e Apoio Social”



Foto: GC/CMO

Projecto de prestação de **Cuidados de Saúde e Apoio Social** que tem como objectivos a prestação de cuidados no domicílio ao doente com dependência (crónica ou transitória) tentando responder às necessidades globais de cada doente e de forma personalizada; favorecer a autonomia do doente e família, promovendo a dignidade e a melhor qualidade de vida possível; a articulação com o médico de família e a parceria com outros profissionais de saúde e com os recursos na comunidade; apoiar a família na doença na morte e no luto. Este Projecto é orientado pela A.R.S.L.V.T., no qual a **Câmara Municipal de Oeiras** e outras entidades actuam como parceiros.

Outras Acções Desenvolvidas na Área da Promoção da Saúde:

Em síntese, trata-se de Projectos pelos quais se procura *incentivar a adopção de estilos de vida mais salubres*, contribuindo, a seu modo, para a criação de um *meio físico e social saudável* que facilite o bem-estar da população, no sentido de garantir uma melhor equidade no acesso e na utilização dos cuidados de Saúde.

Para além de todos os Projectos, de iniciativa municipal ou outros inseridos em Programas mais abrangentes, a Autarquia proporciona ainda:

- *Acções de Educação para a Saúde: Feira da Saúde, Eco-Saúde - Interacções de Sistemas em Saúde, Automedicação, Medicinas Alternativas;*
- *Acções de Formação: Sexualidade e Planeamento Familiar, Curso de Língua Gestual, Cursos de Primeiros Socorros, SIDA, Tabagismo, Alcoolismo;*
- *Participação em Campanhas: Reciclagem de Radiografias, Troca de Seringas, Mês do Coração “Deixar de Fumar”;*
- *Programa “Férias em Saúde”, projecto de educação para a saúde destinado à população idosa com idade superior a 65 anos, portadores de hipertensão arterial e/ou diabetes, com carácter informativo, formativo, lúdico cultural e desportivo;*
- *No Ano Europeu das Pessoas com Deficiência, 2003, a CMO reconhecendo a pertinência da preocupação, aproveitou a oportunidade para reforçar algumas acções e programas neste domínio, nomeadamente através da realização de seminários temáticos, exposições de artes plásticas, iniciativas lúdicas e desportivas, entre outras;*
- *Médicos do Mundo – parceria entre a CMO e esta ONG com vista à sensibilização da população para a prevenção das doenças cardiovasculares e a promoção da actividade física, através de rastreios e aconselhamento médico, assim como palestras no âmbito da saúde e da actividade física;*
- *“Vêm aí os Francisquinhos”- projecto em desenvolvimento por esta associação, no Bairro do Alto dos Barranhos, no âmbito do Programa Ser Criança, e cujo objectivo principal é o de dinamizar as potencialidades dos moradores desta localidade com vista à melhoria da sua qualidade de vida, salientando-se a área da intervenção precoce.*

Apoio Técnico e Financeiro às Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades Públicas que Prestam Serviço à População na Área da Saúde, onde se incluem acções como:

- **Disponibilização de terrenos e ou espaços já construídos** para viabilizar projectos na área da saúde:
 - * *Cedência de terrenos* para instalação da *Extensão de Linda-a-Velha do Centro de Saúde de Carnaxide*; bem como para as *novas Extensões* recentemente aprovadas;
 - * *Cedência de 2 espaços* para funcionamento do CAT, *Centro de Atendimento a Toxicodependentes*, de Oeiras;
 - * *Cedência de espaço* para funcionamento do *Apartamento Terapêutico da Associação “Ares do Pinhal”* em Laveiras/Caxias;
 - * *Cedência de espaço* no Alto da Loba, à *Associação de Surdos da Linha de Cascais*, uma vez que a localização não era adequada àquela entidade;
 - * *Cedência de espaço* para funcionamento do *Centro de Apoio Domiciliário Dr. José Luís Champalimaud da Associação “Abraço”* em Laveiras/Caxias;
 - * *Cedência de terreno e apoio financeiro* para a construção de novas instalações da *Cooperativa de S. Pedro* para pessoas com deficiência, em Barcarena;
 - * *Cedência de espaço* ao *Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental do Hospital de S. Francisco de Xavier* para funcionamento de um *Centro Sócio-Ocupacional* para doentes mentais, em Laveiras/Caxias;
 - * *Cedência de instalações* para funcionamento de *espaços de atendimento*, no âmbito de Projectos como:
 - *“Ajuda de Mãe”*: privilegia o apoio a grávidas e mães adolescentes, e suas famílias e companheiros na elaboração de projectos de vida, superação de danos emocionais e apoio no desenvolvimento da qualidade da relação precoce mãe-bebê, prevenindo e/ou reduzindo os riscos associados à maternidade precoce;
 - *Mediação Familiar*: apoia os cônjuges em vias de separação e/ou divórcio na redacção de um acordo respeitante à partilha de responsabilidades no desenvolvimento dos filhos menores, por forma a prevenir a experiência e danos emocionais decorrentes da dissolução dos casamentos;
- **Apoio financeiro às IPSS e outras Entidades** que prestam serviço na área da Saúde – IPSS e Corporações de Bombeiros com postos médicos e de enfermagem em funcionamento.
- **Acções de formação para dirigentes, coordenadores e responsáveis de IPSS** das áreas de Acção Social e Saúde.

Em 2000 foi organizado um *plano de formação* na área da *Gestão Estratégica e Comunicação para as Organizações da Sociedade Civil*, e em 2001 desenvolveu-se um programa de formação na área do *“Desafio da Eficácia Organizacional”*. Em 2003 organizou-se uma outra formação centrada em conteúdos programáticos ligados ao trabalho em rede e à informação sobre estímulos possíveis à economia social.



Caxias

Foto: Municipia

3.3 - Desafio do Futuro



Parque dos Poetas

Foto: GC/CMO

O **Direito à Saúde** tem consagração Constitucional, como já referido, incumbindo prioritariamente ao Estado orientar a sua acção no sentido da garantia da acessibilidade a todos os cidadãos aos cuidados médicos e medicamentos.

Ainda que, recentemente estejam substancialmente acrescidas as competências autárquicas no domínio da Saúde, e que esta seja cada vez mais assumida como pilar das comunidades sustentáveis, reclamando uma intervenção incisiva e adequada, em todo o caso, a possibilidade da actuação das Autarquias nem sempre pode ir além de acções de pressão sobre a Administração Central.

E se é correcto, encontrar soluções de redução de despesas em saúde, tal objectivo só pode ser aceitável se a menores gastos corresponder mais saúde das populações, o que supõe investir significativamente no fomento de novas **Unidades de Saúde**, para o que se espera uma atitude de maior cooperação da parte do Poder Central, que dê sentido prático e efectivo à promoção de saúde das populações.

A elaboração de documentos, como esta **“Carta de Saúde do Concelho de Oeiras”**, que permitem um conhecimento mais aprofundado da Saúde no nível concelhio, insere-se neste esforço para melhor fundamentar a necessidade de resposta atempada às carências e exigências da população ao nível da Saúde.

Neste quadro, importa que, no futuro, a articulação entre a *Câmara*, o *Hospital* e os *Centros de Saúde* seja reforçada por forma a melhorar a cooperação com as

entidades locais no sentido do alargamento e reforço da *Rede de Cuidados de Saúde*, a qualidade de serviços e de equipamentos, e, por fim, garantir a abrangência de toda a comunidade do concelho de Oeiras pelos *cuidados primários e especializados de Saúde*.

Nas estratégias da Saúde de âmbito nacional, adoptadas pelo Ministério da Saúde, no Plano Nacional de Saúde 2004-2010, há uma clara aposta na **centralidade do cidadão no sistema de saúde**, com um enfoque especial em dois aspectos:

- **Acesso aos cuidados de saúde;**
- **Promoção e protecção da saúde.**

Essas estratégias apelam também à **abordagem regional** e ao **papel das Autarquias**, como temos vindo a sublinhar, designadamente nas áreas:

- **Do desenvolvimento de parcerias para a saúde e no reforço da participação do cidadão e da comunidade;**
- **Dos programas e projectos de cooperação intersectorial.**

As **áreas prioritárias de acção** dizem respeito às *fases do ciclo da vida humana*, aos *problemas de saúde mais graves* em cada uma dessas fases e ao *ambiente* - escolar, laboral e geral - onde os cidadãos, aprendem, trabalham e vivem. Para cada uma destas áreas foram estabelecidas *metas* quantificadas e definidas no tempo.

É fácil de entender as inter-conexões entre o alcance dessas metas e a intervenção das Autarquias nas dinâmicas locais criadas que possam vir a traduzir-se em relações de bem-estar e de promoção da Saúde. As melhorias das condições de saúde, terão de corresponder, por certo, à evolução dos comportamentos e atitudes face à Saúde.

Por outro lado, os apoios à saúde, em rede, devem ser adaptados às necessidades locais, como já referido, e aos *Centros de Saúde denominados de 3ª geração*. Estes apoios constituem-se a partir da criação de equipas de reduzida dimensão e com proximidade às pessoas, para as quais a colaboração dos Municípios, na disponibilização de espaços e na indicação das áreas preferenciais para a respectiva instalação, é fundamental.

Será bom sublinhar que os programas que visam a completa realização do nosso potencial de saúde, dependem em larga medida da evolução dos comportamentos e atitudes do cidadão e dos profissionais de saúde, áreas que podem e devem beneficiar da colaboração dos Municípios.

Por outro lado, os *Sistemas Locais de Saúde* continuarão a investir na *inter-sectorialidade a nível local*, e na *integração das intervenções*, não esquecendo a importância ao combate às desigualdades sociais, devendo ser estabelecidas prioridades locais.

Para além das questões internas ao Ministério da Saúde e que se referem à

reforma da organização e gestão do S.N.S. e ao seu financiamento, consideramos existirem três grandes áreas onde é desejável uma maior conjugação de esforços:

- **Acesso efectivo a cuidados de saúde de qualidade** (cedência de instalações, divulgação, apoios logísticos diversos);
- **Investimento na prevenção da doença e na promoção e protecção da saúde:** esta área centra-se na promoção de uma vida activa saudável com uma alimentação saudável e livre de dependências nocivas à saúde - Programas Municipais: “*Mexa-se Mais*”, “*Educação Alimentar*”, e “*Plano Municipal de Prevenção das Toxicodependências*”, entre outros;
- **Maior atenção às desigualdades na saúde:** onde se conta com a intervenção das IPSS mais activas e relevantes na área da saúde, desde o desenvolvimento da criança até às doenças de evolução prolongada, aos cuidados de saúde continuados e ao apoio social à dependência. Esta é a área que requer mais atenção, reforçando o financiamento às Entidades Locais que contribuem significativamente para a melhoria das condições de saúde das populações, em especial dos grupos mais vulneráveis;
- **Maior descentralização dos Centros de Saúde,** com um atendimento mais personalizado e ampliando o trabalho na comunidade;
- **Melhoria do acesso aos cuidados de saúde** procurando a redução das listas de espera e o alargamento dos períodos do atendimento nos Centros de Saúde e nos Hospitais;
- **Reforçar o papel que os Municípios podem desempenhar na promoção da saúde** dos seus munícipes e a sua vocação para mobilizar as energias e vontades locais na construção de um ambiente urbano saudável e solidário, que permita o desenvolvimento do potencial de saúde das populações.

Tornar a visão de um **Município Saudável** em realidade implica **determinação, comprometimento político e abertura à inovação e experimentação**. De facto, um **Município Saudável** é aquele que **melhora o seu ambiente e amplia os seus recursos e instrumentos de apoio** para que os indivíduos, prestadores de serviço e utentes, possam alcançar o seu máximo potencial. Assim:

- Prestar um bom serviço aos munícipes na área da saúde com condições de acesso e qualidade justifica **repensar a Rede**, por forma a ser ajustada às constantes mudanças, e atender ao **estado dos equipamentos e do seu apetrechamento**;
- A **formação do pessoal de saúde** é importante, bem como manter com eficácia a **relação entre equipamentos devidamente apetrechados e técnicos especializados**, por forma a assegurar o nível de utilização mais consequente.

As orientações estratégicas do **Plano Nacional de Saúde, PNS**, disponibilizado no início de 2003, ainda em versão trabalho, pelo Ministério da Saúde, tem uma preocupação forte com os “*ganhos em eficiência*”, tanto no aspecto financeiro como na qualidade, que deverão ser fundamentados no planeamento, efectivado através de planos, programas e projectos, existentes ou a desenvolver.

Nomeadamente os *Programas Nacionais de Intervenção* têm uma lógica de execução horizontal entre todos os intervenientes no Sistema de Saúde, incluindo os Cidadãos, diversos sectores do Estado e da Sociedade Civil, aplicando-se esta lógica também a Programas futuros cuja preocupação fundamental deverá ser de prevenção, principalmente quando se trata de condicionantes de Saúde como: “*estilos de vida, toxicoddependência, consumo de álcool, tabagismo, exercício físico, stress e violência*”.

No que se refere aos *Cuidados de Saúde Primários, CSP*, reconhecendo-se, entre outras, as insuficiências na oferta de cuidados à população, bem como na organização dos Centros de Saúde, o PNS preconiza a reorganização dos Centros de Saúde como “*pedra basilar para a melhoria dos cuidados de saúde, a todos os níveis de prestação*”, fundamentada em:

- Sistemas de informação que permitam uma gestão transparente e adequada;
- Descentralização no sentido de aproximar o sistema do local de acção, através da gestão directa local do processo;
- Formação adequada.

Quanto aos *Serviços de Saúde Pública*, reconhecendo-se entre outros, o deficiente desenvolvimento e enquadramento institucional e a necessidade de ajustamento das autoridades de Saúde, o PNS preconiza, no sentido de reforçar a rede de serviços de Saúde Pública de âmbito regional:

- Desenvolvimento de *Centros Regionais de Saúde Pública*;
- Reforço das autoridades e da carreira de *Saúde Pública*.

É evidente, em termos globais, a convergência entre os objectivos da acção que a Câmara Municipal de Oeiras tem desenvolvido e os objectivos preconizados pelo PNS nas suas Prioridades para 2004-2010, no âmbito de acção local, facto que muito nos apraz e nos consolida a esperança na concretização próxima das acções mais urgentes nesta matéria no concelho de Oeiras.

Roteiro das Unidades de Saúde

CENTROS DE SAÚDE

Centro de Saúde de Oeiras

Sede

Av. Salvador Allende
2780-163 Oeiras
T - 21 443 78 41

Extensão de Paço de Arcos

Rua Conde de Cuba, 1
2780-584 Paço de Arcos
T - 21 443 44 44

Extensão de Barcarena

Edifício dos Bombeiros
Largo 5 de Outubro
2745-444 Barcarena
T - 21 421 69 29

Centro de Saúde Carnaxide

Sede

Praceta Teixeira de Pascoais, Lote 6
2795-569 Carnaxide
T - 21 417 14 41
site: www.cscarnaxide.min-saude.pt

Extensão de Algés

Rua Damião de Gois, 20 R/C
1495-721 Lisboa
T - 21 301 43 22

Extensão de Linda-a-Velha

Largo Prof. Fernando Fonseca, 10
2795-080 Linda - a - Velha
T - 21 415 39 20

Extensão do Dafundo

R. Gilberto Monteiro
(Anexo Escola Básica)
Inscrições Provisórias
1495-721 Cruz Quebrada / Dafundo
T - 21 414 93 20

HOSPITAIS

Hospital de São Francisco Xavier

Estrada do Forte do Alto do Duque
1499-005 Lisboa
T - 21 300 03 00
e-mail:
hsfxavier@hsfxavier.min-saude.pt

Hospital Egas Moniz

Rua da Junqueira, 126
1349-019 Lisboa
T - 21 365 00 00

Hospital de Santa Cruz

Av. Prof. Dr. Reinaldo dos Santos
2799-523 Carnaxide
T - 21 416 34 00
Site: www.hsc.pt

Hospital Ortopédico

Dr. José de Almeida
Av. Marginal - Carcavelos
2779-502 Parede
T - 21 456 86 00

Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Oeiras

Rua Cândido dos Reis, 66
2780 - 211 Oeiras
T - 21 422 86 02

Hospital Prisional de São João de Deus

Estrada do Murgalhal
2780 – 543 Paço de Arcos
T - 21 443 21 25
email: hpsjdeus@dgsp.mj.pt

Casa de Saúde de Carnaxide

Quinta da Igreja 3
2795 Carnaxide
T - 21 425 12 00

INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL COM POSTO DE ENFERMAGEM

Centro de Assistência Infantil N^a Sra. das Dores

Av. Conselheiro Ferreira Lobo
Laveiras - Caxias
2780 – 518 Paço de Arcos
T - 21 443 21 47

Obra Social Madre Maria Clara

Rua Visconde Moreira Rey, 12
Linda a Pastora
2795 – 762 Linda-a-Velha
T - 21 418 12 27

CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS COM POSTO MÉDICO E DE ENFERMAGEM

Paço de Arcos

Av. Senhor Jesus dos Navegantes
2780-718 Paço de Arcos
T - 21 440 96 70

Oeiras

Rua Comandante Cordeiro
Castanheira
2780-228 Oeiras
T - 21 440 96 00

ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA TOXICODEPENDÊNCIA

CAT Oeiras

Rua Cândido dos Reis, 92 - 2^o
2780 - 211 Oeiras
R. Assis Chateaubriand, 59
2780 – 211 Oeiras
T – 21 446 12 26

CAT Restelo

Av. do Restelo n^o 36
1400 – 315 Lisboa
T – 21 303 06 00

IDEQ – Instituto de Prevenção e Tratamento das Dependências Químicas e Comportamentos Compulsivos

Rua de Santo António, 2 - 1^o andar
2780 - 164 Oeiras
T – 21 441 37 16

Associação Narcóticos Anónimos

R Delfim Santos, 7A Cave
2795-595 Carnaxide
T - 21 417 61 72
Contacto: 800 20 20 13

FAMÍLIAS ANÓNIMAS

Contacto: 21 453 87 09

ALCOÓLICOS ANÓNIMOS

Contacto: 21 716 29 69

AL - ANON "FAMÍLIAS DE

ALCOÓLICOS ANÓNIMOS"

T - 21 216 03 97 - Tlm - 91 718 0936

GABINETE DE ATENDIMENTO

A JOVENS: #CHAT

Centro da Juventude de Oeiras

Alameda Conde de Oeiras

(junto ao Clube de Ténis), em Oeiras

T - 21 446 75 70/8

ENTIDADES COM INTERVENÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE MENTAL

ARIA – Associação de Reabilitação e Integração de Ajuda e Oeiras

Estrada de Oeiras n.º 1, 3

Vivenda Nini

2780 Oeiras

T – 21 441 96 58

Unidade Sócio-Ocupacional de Oeiras - "Farol do Bugio"

Av. João Freitas Branco, 6

Bairro Francisco Sá Carneiro

Laveiras – Caxias

2780-520 Paço de Arcos

T – 21 442 67 74

Referências Bibliográficas

- Anuário Estatístico de Lisboa e Vale do Tejo 2001*, Lisboa, INE.
- Carta Concelhia de Saúde*. Oeiras: CMO - GDM/DAS, versão interna de 1996.
- Carta de Equipamentos de Saúde. Relatório Final*, Lisboa: Ministério da Saúde/Grupo de Trabalho para elaboração da Carta de Equipamentos de Saúde, 1998.
- Contributos para a elaboração de um Perfil de Saúde do concelho de Oeiras*, Oeiras, Relatório de Estágio de Ana Esgaio, 1999.
- Contributos para um Plano Nacional de Saúde, Orientações Estratégicas*, Lisboa, Ministério da Saúde, 2003.
- A Doença da Saúde*, Manuel J. Antunes, Lisboa, Quetzal Editores, 2000.
- Estatísticas Demográficas 2001*, Lisboa, Ministério da Saúde/INE; 2002.
- Estatísticas da Saúde 2000*, Lisboa, INE 2002.
- Inquérito Nacional de Saúde 1998-1999*, Lisboa, Observatório Nacional de Saúde, 2000.
- Natalidade, Mortalidade e Esperança de Vida à Nascimento nos concelhos Portugueses*, Lisboa, Vanessa Almeida, 1999.
- Oeiras, Factos e Números*, GDM/CMO, Oeiras, 2003.
- Plano Nacional de Saúde - Prioridades para 2004-2010*, Lisboa, Ministério da Saúde, 2004.
- Programa FARMA/2001, Plano Nacional de Abertura de Novas Farmácias*, Lisboa, INFARMED, 2001.
- Roteiro Municipal 1999*. Oeiras, CMO/Gabinete de Estudos, 1999.
- Saúde em Portugal. Uma Estratégia para o Virar do Século 1998-2002*. Lisboa, Ministério da Saúde/IGIF, 1998.

Anexos

Anexo I - Hospital Prisional de São João de Deus

Anexo II – Equipamento Privado de Saúde por Freguesia

Anexo III - Entidades representadas na Comissão Municipal de Saúde

Anexo IV – Instituições que ministram formação superior no âmbito da saúde

Anexo V – Transportes para as Unidades de Saúde

ANEXO I

Hospital Prisional de São João de Deus

Hospital Prisional, presta cuidados de Saúde a nível de internamento e de consulta externa, e dispõe dos seguintes serviços:

Internamento:

- Cirurgia
- Clínica Médica
- Infeciologia
- Psiquiatria

Consultas Externas:

- Cardiologia
- Cirurgia geral
- Cirurgia plástica
- Dermatologia
- Estomatologia
- Fisiatria
- Gastroenterologia
- Infeciologia
- Medicina
- Oftalmologia
- Orl
- Ortopedia
- Psiquiatria
- Urologia

Exames complementares de diagnóstico:

- Análises clínicas
- Audiograma
- Ecografia
- Electrocardiograma
- Electroencefalograma
- Endoscopia digestiva
- Endoscopia urológica
- Radiologia

Capacidades:

- Cirurgia: com capacidade para 42 doentes, dispondo de um serviço de observação (SO)
- Clínica Médica: com capacidade para 36 doentes, dispondo de 6 camas para isolamento
- Infeciologia: com capacidade para 37 doentes, dispondo de 6 camas para isolamento
- Psiquiatria: com capacidade para 18 camas, das quais duas são destinadas a doentes do sexo feminino

Recursos Humanos:

O corpo clínico é constituído por 30 médicos, 51 enfermeiros, 2 farmacêuticos, 1 nutricionista, 10 técnicos de diagnóstico e terapêutica e 31 auxiliares de acção médica.

Para além da prestação de cuidados médicos cabe ainda ao Hospital, através da sua Farmácia, fornecer medicamentos a todos os Estabelecimentos Prisionais do país e, através do serviço de Patologia Clínica efectuar análises aos reclusos ali internados e aos reclusos de outros Estabelecimentos Prisionais

Fonte: Hospital Prisional de São João de Deus, Março 2004

ANEXO II

Equipamento Privado de Saúde por Freguesia

	Algés	Barcarena	Carnaxide	Caxias	Cruz Quebrada
LABORATÓRIOS ANÁLISES CLÍNICAS	4	-	1	-	1
CENTROS DE ENFERMAGEM	1	-	-	-	-
CENTROS DE SAÚDE	-	1	1	-	-
CLÍNICAS DENTÁRIAS	16	-	6	1	1
CLÍNICAS MÉDICAS	14	2	9	-	1
DENTISTAS	1	-	-	-	1
FISIOTERAPIA TRATAMENTOS	2	-	-	-	-
FARMÁCIAS	7	3	3	1	2
POLICLÍNICAS	-	-	1	-	-
MÉDICOS - ANESTESIOLOGIA E REANIMAÇÃO	-	-	-	-	-
MÉDICOS GASTRENTEROLOGIA	-	-	-	-	-
MÉDICOS ESTOMATOLOGIA	4	-	2	-	-
MÉDICOS CIRURGIA PLÁSTICA E RECONSTRUTIVA	1	1	-	-	-
MÉDICOS – CIRURGIA VASCULAR	3	-	-	-	-
MÉDICOS – CLÍNICA GERAL	-	-	-	2	-
MÉDICOS – CARDIOLOGIA	-	-	1	-	-
MÉDICOS DENTISTAS	3	-	-	-	-
MÉDICOS IMUNOALERGOLOGIA	-	-	-	-	-
MÉDICOS – PEDIATRIA	-	-	-	-	-
MÉDICOS – PSIQUIATRIA	1	-	-	-	-
MÉDICOS GINECOLOGIA	2	-	-	-	-
MÉDICOS DE MED DESPORTIVA	-	-	-	-	-
MÉDICOS – MED FÍSICA REABILITAÇÃO	-	-	1	-	-
MÉDICOS – MEDICINA INTERNA	-	-	-	-	-
MÉDICOS – MEDICINA DO TRABALHO	-	-	-	-	-
MÉDICOS – OFTAMOLOGIA	2	-	-	-	-
MÉDICOS OBSTETRÍCIA	-	-	-	-	-
MÉD DERMATOVENEREOLOGIA	-	-	-	-	-
MÉDICOS PSIQUIATRIA	3	-	-	-	-
MÉDICOS RADIODIAGNÓSTICO	5	-	1	-	-
MÉDICOS NEFROLOGIA	1	-	-	-	-
MÉDICOS SAÚDE PÚBLICA	-	-	-	-	-
TOTAL	70	6	26	5	6

	Linda a Velha	Oeiras	Paço de Arcos	Porto Salvo	Queijas	Total
LABORATÓRIOS ANÁLISES CLÍNICAS	4	6	2	1	-	19
CENTROS DE ENFERMAGEM	2	2	-	-	-	5
CENTROS DE SAÚDE	-	1	-	-	-	3
CLÍNICAS DENTÁRIAS	6	10	3	-	2	45
CLÍNICAS MÉDICAS	7	9	5	-	-	47
DENTISTAS	-	-	-	-	-	2
FISIOTERAPIA TRATAMENTOS	1	4	-	-	-	7
FARMÁCIAS	4	9	5	2	2	39
POLICLÍNICAS	1	-	-	-	1	3
MÉDICOS - ANESTESIOLOGIA E REANIMAÇÃO	-	1	-	-	-	1
MÉDICOS GASTRENTEROLOGIA	-	1	-	-	-	1
MÉDICOS ESTOMATOLOGIA	3	1	-	1	-	11
MÉDICOS CIRURGIA PLÁSTICA E RECONSTRUTIVA	1	-	-	-	-	3
MÉDICOS – CIRURGIA VASCULAR	-	-	1	-	-	4
MÉDICOS – CLÍNICA GERAL	-	1	2	1	-	6
MÉDICOS – CARDIOLOGIA	-	-	1	-	-	2
MÉDICOS DENTISTAS	2	1	-	1	-	7
MÉDICOS IMUNOALERGOLOGIA	-	-	1	-	-	1
MÉDICOS – PEDIATRIA	1	3	-	-	1	5
MÉDICOS – PSIQUIATRIA	-	-	-	-	-	1
MÉDICOS GINECOLOGIA	-	1	-	-	-	3
MÉDICOS DE MED DESPORTIVA	1	-	-	-	-	1
MÉDICOS – MED FÍSICA REABILITAÇÃO	1	1	-	-	-	3
MÉDICOS – MEDICINA INTERNA	-	2	-	-	-	2
MÉDICOS – MEDICINA DO TRABALHO	1	-	1	-	-	2
MÉDICOS – OFTAMOLOGIA	1	3	-	-	-	6
MÉDICOS OBSTETRÍCIA	-	1	-	-	-	1
MÉD DERMATOVENERELOGIA	-	1	1	-	-	2
MÉDICOS PSIQUIATRIA	-	2	-	-	-	5
MÉDICOS RADIODIAGNÓSTICO	-	2	-	-	-	8
MÉDICOS NEFROLOGIA	1	-	-	-	-	2
MÉDICOS SAÚDE PÚBLICA	-	1	-	-	-	1
TOTAL	37	63	22	6	6	248

Fonte: Páginas Amarelas, 2003/2004; Pesquisa telefónica

ANEXO III

Entidades representadas na Comissão Municipal de Saúde

1. Junta de Freguesia de Algés
2. Assembleia de Freguesia de Algés
3. Junta de Freguesia de Barcarena
4. Assembleia de Freguesia de Barcarena
5. Junta de Freguesia de Carnaxide
6. Assembleia de Freguesia de Carnaxide
7. Junta de Freguesia de Caxias
8. Assembleia de Freguesia de Caxias
9. Junta de Freguesia Cruz Quebrada e Dafundo
10. Assembleia de Freguesia da Cruz Quebrada e Dafundo
11. Junta de Freguesia de Linda-a-Velha
12. Assembleia de Freguesia de Linda-a-Velha
13. Junta de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra
14. Assembleia de Freguesia de Oeiras e S. Julião da Barra
15. Assembleia Municipal de Oeiras
16. Assembleia Municipal de Oeiras
17. Assembleia Municipal de Oeiras
18. Assembleia Municipal de Oeiras
19. Assembleia Municipal de Oeiras
20. Junta de Freguesia de Paço de Arcos
21. Assembleia de Freguesia de Paço de Arcos
22. Junta de Freguesia de Porto Salvo
23. Assembleia de Freguesia de Porto Salvo
24. Junta de Freguesia de Queijas
25. Assembleia de Freguesia de Queijas
26. Centro de Saúde de Carnaxide
27. Centro de Saúde de Oeiras
28. Autoridade de Saúde de Oeiras
29. Autoridade de Saúde de Carnaxide

30. Equipa de Saúde Mental de Oeiras
31. Fundação Marquês de Pombal
32. Secretariado dos Corpos dos Bombeiros do Concelho de Oeiras
33. Equipa de Coordenação dos Apoios Educativos de Oeiras - Escola Secundária Amélia Rey Colaço
34. Delegação Escolar de Oeiras
35. Faculdade de Motricidade Humana
36. Santa Casa da Misericórdia de Oeiras
37. Hospital Santa Cruz
38. Hospital S. Francisco Xavier
39. CAT de Oeiras
40. CAT do Restelo
41. FAPCO - Federação da Associação de Pais do Concelho de Oeiras
42. União das IPSS
43. Instituto da Segurança Social – Serviço Local de Oeiras
44. Associação Nacional de Farmácias
45. Universidade Atlântica
46. Instituto Gulbenkian de Ciência

ANEXO IV

Instituições que ministram formação superior no âmbito da Saúde

A Universidade Atlântica em Barcarena e a Faculdade de Motricidade Humana na Cruz Quebrada, são dois pólos que ministram formação superior no âmbito da saúde.

Universidade Atlântica

Licenciaturas

Gestão em Saúde

Enfermagem

Fisioterapia

Complemento de Formação em Enfermagem

Análises Clínicas e Saúde Pública

Radiologia

Ciências da Nutrição

Pós Graduação

Gestão Integrada de Cuidados de Saúde

Fonte: www.uatla.pt

Faculdade de Motricidade Humana

Licenciaturas

Ciências do Desporto – Ramo Exercício e Saúde

Reabilitação Psicomotora

Ergonomia

Pós Graduação

Curso Especializado em Terapias Expressivas

Qualidade de Vida e Autonomia Funcional na Terceira Idade

Ergonomia no Design de Sistemas de Informação

Segurança e Higiene no Trabalho

Mestrados

Ciências da Fisioterapia

Desenvolvimento da Criança na Variante de Desenvolvimento Motor

Ergonomia na Segurança no Trabalho

Exercício e Saúde

Reabilitação na Especialidade de Deficiência Visual

Áreas de Doutoramento

Ciências da Motricidade

Ergonomia

Saúde e Condição Física

Fisioterapia

Fonte: www.fmh.utl.pt

ANEXO V

Transportes para as Unidades de Saúde

Unidades de Saúde	Autocarros		Comboio		Táxis
	Carreiras	Frequência	Estação CP	Distância a pé	Local
Centro Saúde Oeiras	LT 106	20/20mn	Linha de Cascais Oeiras	0,5 Km	Est. Oeiras
	LT 122	30/30mn			
Extensão. Saúde Barcarena	LT 106	20/20mn	Linha de Sintra Barcarena	2,2 Km	Extensão Saúde
	LT 117	20/20mn			
	LT 171	-			
Extensão. Saúde Paço de Arcos	LT 111	15/15mn	Linha de Cascais Paço de Arcos	50mts	A < 100mt
	LT 115	50/50mn			
	LT 119	35/35mn			
	LT 121	-			
	LT 125	15/15mn			
	LT 129	22/22mn			
	LT 158	40/40mn			
LT 184	- noite				
Centro Saúde Carnaxide	Vimeca 01		-	-	A 0,5 Km
	Vimeca 02				
	Vimeca 10				
	Vimeca 12				
	LT 114				
Extensão Saúde Linda-a-Velha	Vimeca 10	30/0mn	-	-	-
	Vimeca 11*	20/20mn			
	Vimeca 12*	35/35mn			
	Carris 48*	17/17mn			
	Carris 51*	15/15mn			
Extensão Saúde Algés**	Carris 23	15/15mn	Linha de Cascais Algés	0,5 Km	A < 100mt
	Carris 50	10/10mn			
	Carris 51	15/15mn			
	Vimeca 1	15/15mn			
	Vimeca 2	15/20mn			
	Vimeca 6	30/30mn			
	Vimeca 10	25/25mn			
	Vimeca 12	35/35mn			
	Vimeca 20	25/25mn			
LT 114	15/30mn				
Extensão Saúde Dafundo	Carris 76	10/10mn	-	-	-
	Vimeca 1	10/15mn			
	Vimeca 6	30/30mn			
Hospital S. Francisco Xavier	Vimeca 20	19/19mn	Linha de Cascais Algés	1,5 Km	Hospital
	LT 113	14/14mn			
	LT 144	56/56mn			
	LT 149	28/28mn			

* Paragens a + 100mts

** Paragem da carreira 15 de Eléctrico à porta da Extensão de Saúde

Ficha Técnica

EDIÇÃO

DASC / DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Dra. Isabel Martins
Dra. Maureen Proença Pereira
Dra Alexandra Goulart
Dra Marta Camilo

GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

Dra. Maria de Lourdes Poeira
Dra. Cristina Maria André
Dr. Fernando Cruz
Salvador Pintéus, desenhador

FOTOGRAFIA

GABINETE DE COMUNICAÇÃO DA CMO
DIVISÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS
GABINETE DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL
MUNICÍPIA

ISBN: 989-608-007-0
DEPÓSITO LEGAL Nº 220134/04
DEZEMBRO 2004
2500 exemplares

CONCEPÇÃO, PAGINAÇÃO E EXECUÇÃO GRÁFICA

IMPARCIAL - Comunicação e Design, Lda.
E.mail: imparcial@netcabo.pt



LÍDER
em soluções
gráficas
de **PEQUENAS** e
MÉDIAS **TIRAGENS**

A alternativa ideal para
reduzir custos



